



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

JADE GABRIELA DE DEUS MORAIS

**EDITAIS DE FINANCIAMENTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS:
análise segundo as diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus (2010 -
2014)**

Brasília, DF
2017

JADE GABRIELA DE DEUS MORAIS

**EDITAIS DE FINANCIAMENTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS:
análise segundo as diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus (2010 -
2014)**

Monografia apresentada como requisito básico para
obtenção do título de bacharel em Museologia pela
Faculdade de Ciência da Informação da
Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Andréa Fernandes Considera

Brasília, DF
2017

Morais, Jade Gabriela

EDITAIS DE FINANCIAMENTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS: análise segundo as diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus (2010 – 2014) / Jade Gabriela Moraes; orientador Andréa Considera. – Brasília, 2017.

96 p. : il.

Monografia (Graduação – Museologia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2017.

1. Editais de financiamento. 2. Instituto Brasileiro de Museus. 3. Política Nacional de Museus. 4. Plano Nacional Setorial de Museus. 5. Museologia. I. Considera, Andréa, orient. II. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Editais de financiamento do Instituto Brasileiro de Museus: análise segundo as diretrizes do Plano nacional Setorial de Museus (2010-2014).

Aluno: Jade Gabriela de Deus Morais

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Andréa Fernandes Considera - Orientadora
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutora em História Social - UnB

Rose Moreira de Miranda- Membro
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Mestrado em Ciência da Informação – IBICT-UFRJ

Ana Lúcia de Abreu Gomes- Membro
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutora em História - UnB

Brasília-DF, 06 de julho de 2016.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio incondicional e suporte que me deram durante a vida para que eu seguisse meus estudos e por entenderem todas as vezes que precisei abrir mão de algum momento com eles nesses últimos anos a fim de terminar minha graduação;

Aos meus amigos da Comunhão Espírita de Brasília, que apareceram na minha vida como uma surpresa, mas que se tornaram uma segunda família, me mantendo sã nos momentos de conflito, me apoiando, ouvindo e incentivando a sempre dar o melhor de mim em todos os setores da vida;

Às minhas amigas Adriane Cordova, Isabella Almeida e Rayssa de Souza, que desde um trabalho realizado no primeiro semestre, têm dividido comigo as alegrias e angústias do curso, engajadas em várias horas de conversa sobre nosso futuro profissional e expectativas de vida, mostrando que as rotinas de estudo também podem ser divertidas se realizadas em conjunto;

À equipe do Museu da Educação do Distrito Federal (MUDE), que me acolheu e me deu a oportunidade única de acompanhar o nascimento de um museu, despertando em mim diversas reflexões a respeito do fazer museológico;

Aos professores com quem tive a honra de ter aula durante o curso de Museologia, que me ensinaram tudo que eu precisava saber para iniciar minha caminhada profissional;

À minha orientadora, Andréa Considera, um agradecimento especial pelo apoio nessa pesquisa.

“A verdade é uma coisa bela e terrível, por isso deve ser tratada com grande cautela.” - J. K. Rowling

RESUMO

A presente monografia analisa a criação e o uso dos editais de financiamento oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Museus para o campo museal com base nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional Setorial de Museus e pela Política Nacional de Museus. Busca compreender os motivos dessa criação através de uma revisão das políticas de financiamento para museus no país e da apresentação de dados sobre a realidade museológica brasileira, segundo dados levantados pelo Cadastro Nacional de Museus. Apresenta os resultados dos projetos aprovados nos editais desde o início da gestão do IBRAM, de maneira a verificar se os objetivos de democratização de acesso aos recursos e promoção de melhoria nas infraestruturas das instituições museológicas, propostos nas políticas para o campo, estão sendo cumpridos.

Palavras-chave: Editais de financiamento. Instituto Brasileiro de Museus. Política Nacional de Museus. Plano Nacional Setorial de Museus. Museologia.

ABSTRACT

This monograph analyzes the creation and use of the financing notices offered by the Brazilian Institute of Museums for the museum field based on the guidelines established by the National Sectorial Plan of Museums and National Museums Policy. It seeks to understand the reasons for this creation through a review of the financing policies for museums in the country and the presentation of data on the Brazilian museological reality, according to data collected by the National Register of Museums. It presents the results of projects approved in the edicts since the beginning of IBRAM management, in order to verify if the objectives of democratization of access to resources and promotion of improvement in the infrastructures of museological institutions, proposed in the policies for the field, are being fulfilled.

Keywords: Financing notices. Brazilian Institute of Museums. National Museums Policy. National Sectorial Plan of Museums. Museology.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade de museus por região brasileira	35
Quadro 2 - Cidades com maior número de museus, Brasil, 2010	36
Quadro 3 - Composição do orçamento das unidades museológicas	50
Quadro 4 - Premiações por edição do edital Modernização de Museus	56
Quadro 5 - Abrangência por edição do edital Modernização de Museus	57
Quadro 6 - Premiações por edição do edital Microprojetos	62
Quadro 7 - Número de projetos aprovados por unidade da federação, 2011	67
Quadro 8 - Número de projetos aprovados por unidade da federação, 2013	69
Quadro 9 - Número de projetos aprovados por unidade da federação, 2011	75
Quadro 10 - Número de projetos aprovados por unidade da federação, 2013	77
Quadro 11 - Número de projetos aprovados por unidade da federação, 2011	81
Quadro 12 - Número de projetos aprovados por unidade da federação, 2012	83
Quadro 13 - Número de projetos aprovados por unidade da federação, 2014	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de municípios, população e museus por região, 2010	37
Tabela 2 - Resultados do edital Modernização de Museus, 2010	65
Tabela 3 - Resultados do edital Modernização de Museus, 2011	66
Tabela 4 - Resultados do edital Modernização de Museus, 2013	68
Tabela 5 - Projetos aprovados por unidade da federação, 2010 - 2013	72
Tabela 6 - Resultados do edital Mais Museus, 2011	73
Tabela 7 - Resultados do edital Mais Museus, 2013	76
Tabela 8 - Projetos aprovados por unidade da federação, 2011 - 2013	79
Tabela 9 - Resultados do edital Microprojetos, 2011	80
Tabela 10 - Resultados do edital Microprojetos, 2012	82
Tabela 11 – Resultados do edital Microprojetos, 2014	84
Tabela 12 – Projetos aprovados por unidade da federação, 2011 – 2014	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem de museus por categorias administrativas	38
Gráfico 2 – Porcentagem de museus segundo função original da edificação	40
Gráfico 3 – Porcentagem de museus segundo função original, por função	41
Gráfico 4 – Porcentagem de museus por instalações de necessidades especiais	42
Gráfico 5 – Porcentagem de museus por equipamento de proteção à incêndio	43
Gráfico 6 – Porcentagem de museus por equipamento de controle ambiental	44
Gráfico 7 – Porcentagem de museus por exposição de longa duração	46
Gráfico 8 – Porcentagem de museus por exposições itinerantes	47
Gráfico 9 – Porcentagem de museus por segmento de público atendido	48
Gráfico 10 – Porcentagem de museus por atividades com a comunidade	49
Gráfico 11 – Porcentagem de museus segundo publicações produzidas	49
Gráfico 12 – Porcentagem de museus segundo orçamento próprio	51
Gráfico 13 – Investimentos em Museus: Sistema MinC	53
Gráfico 14 – Orçamento por edição do Modernização de Museus	55
Gráfico 15 – Orçamento por edição do Microprojetos	62
Gráfico 16 – Projetos habilitados no Modernização de Museus, 2010-2013	70
Gráfico 17 – Projetos aprovados no Modernização de Museus, 2010-2013	71
Gráfico 18 – Projetos aprovados no Mais Museus, 2011-2013	78
Gráfico 19 – Projetos aprovados no Microprojetos, 2011-2014	86

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

Ancine	Agência Nacional do Cinema
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CNM	Cadastro Nacional de Museus
CNC	Conferência Nacional de Cultura
DDfem	Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus
Demu	Departamento de Museus e Centros Culturais
Embrafilme	Empresa Brasileira de Filmes
Ficart	Fundo de Investimento Cultural e Artístico
Fundacen	Fundação Nacional de Artes Cênicas
FCB	Fundação do Cinema Brasileiro
FNC	Fundo Nacional de Cultura
Funarte	Fundação Nacional de Arte
Ibac	Instituto Brasileiro de Arte e Cultura
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
PNSM	Plano Nacional Setorial de Museus
PNM	Política Nacional de Museus
PNC	Plano Nacional de Cultura
PPA	Plano Plurianual
Pronac	Programa Nacional de Apoio à Cultura
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SNC	Sistema Nacional de Cultura
Sphan	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1: A Política de Financiamento Cultural no Brasil	17
Capítulo 2: O Cenário Museológico Brasileiro e os Editais do IBRAM	34
2.1 – O Panorama Nacional dos Museus	34
2.1.1 – Natureza Administrativa	37
2.1.2 – Caracterização Física dos Museus	39
2.1.3 – Segurança e Controle Patrimonial	42
2.1.4 – Atividades de Exposição e Educação	45
2.1.5 – Orçamento	50
2.2 Os Editais do IBRAM	53
2.2.1 – Edital Modernização de Museus	54
2.2.2 – Edital Mais Museus	59
2.2.3 – Edital Modernização de Museus – Microprojetos	61
Capítulo 3: Análise do uso dos Editais do IBRAM	64
3.1 – Edital Modernização de Museus	64
3.2 – Edital Mais Museus	73
3.3 – Edital Modernização de Museus – Microprojetos	80
Considerações Finais	91
Referências Bibliográficas	95

INTRODUÇÃO

A escolha do meu objeto de pesquisa para o trabalho de conclusão de curso foi sendo construída ao longo de minha caminhada acadêmica. Ao entrar no curso de Museologia fui descobrindo realidades que, até então, me eram estranhas: mobiliários e materiais específicos para o acondicionamento de objetos museológicos, equipamentos de controle ambiental, procedimentos para restauro de obras e edifícios, projetos educativos itinerantes que levavam cultura e educação às pessoas que antes não tinham a oportunidade de acessar essas informações.

O conceito de museu foi se transformando diante dos meus olhos e eu começava a ver que ele guardava mais do que a cultura material de nosso país. O museu tinha, em si, o potencial de ser um importante agente da cultura, despertando reflexões, contrapondo opiniões divergentes e permitindo o direito à cidadania a comunidades antes desprovidas dele.

Fui percebendo, então, o local estratégico dessa instituição como centro de investigação e interpretação do patrimônio cultural do Brasil, de maneira a ampliar as construções identitárias e a noção de realidade cultural no país.

Paralelamente também compreendi que, para que os museus pudessem atingir esses objetivos de maneira satisfatória, era preciso uma boa gestão dos recursos financeiros e humanos disponíveis em cada uma das instituições museológicas.

No entanto, através de visitas técnicas realizadas às instituições museológicas da cidade durante as disciplinas oferecidas pelo curso e a leitura de trabalhos como a publicação “Museus em Números”, produzidas pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em 2011, percebi que a realidade apontava para a falta desses recursos.

Durante estas visitas pude presenciar vários exemplos dessa falta de estrutura básica. Visitei museus que não tinham em seus quadros, profissionais da área de Museologia para cuidar de suas coleções, fui a instituições que deixavam suas peças “ao natural” por falta de mobiliários específicos a sua tipologia de acervo, e vi projetos de construção e reforma de museus que não saíam do papel por falta de investimento financeiro.

Entrar em contato com as dificuldades práticas sofridas pelos museus me fez perguntar o que estava sendo feito, em nível de políticas públicas, para reverter essa situação. Me inquietava, principalmente, saber se havia alguma alternativa de

financiamento que permitisse aos museus brasileiros realizarem seus projetos de melhoria dos serviços de conservação, pesquisa e comunicação.

Pesquisando sobre políticas públicas na área da cultura, logo me deparei com a Lei nº 8.313, mais conhecida como Lei Rouanet. Sancionada em 1991, ela instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) que é formado por três mecanismos: Fundos de Investimentos Cultural e Artístico (Ficart), Incentivo Fiscal (Mecenato) e Fundo Nacional de Cultura (FNC).

O Ficart consiste na comunhão de recursos destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos, de cunho comercial, com a participação de investidores nos eventuais lucros, porém, até o momento, não foi de fato implementado¹.

O Incentivo Fiscal, também chamado de Renúncia Fiscal, era o mecanismo mais conhecido por mim. Nele, o proponente apresenta uma proposta ao Ministério da Cultura (MinC) e, caso seja ela aprovada, é autorizado a captar recursos de pessoas físicas ou jurídicas que poderão abater o valor investido de parte do Imposto devido à União.

Já o Fundo Nacional de Cultura objetiva captar e destinar recursos para projetos compatíveis com as finalidades do Pronac e que, entre outros, estimulem a distribuição regional equitativa de recursos, contribuindo para a preservação e proteção do patrimônio cultural e histórico brasileiro².

Mesmo com a descoberta dessas duas importantes alternativas já implementadas, ainda sentia falta de encontrar políticas que tivessem sido criadas para atender, de maneira mais específica, a área museológica. Elas começam a aparecer com mais força a partir de 2003, com a publicação da Política Nacional de Museus (PNM).

A PNM foi elaborada a partir de reuniões dos governos federal, estadual e municipal, do setor privado e entidades da sociedade civil, com o objetivo de promover a valorização do patrimônio cultural brasileiro, como um dos dispositivos de inclusão social, além de apoiar o desenvolvimento das instituições museológicas existentes e a criação de novos processos de institucionalização das memórias sociais, étnicas e

¹ MINISTÉRIO DA CULTURA. Portal da Instituição. Programa Nacional de Apoio à Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/programa-nacional-de-apoio-a-cultura-pronac>>. Acesso em: 06. set. 16.

² BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm>. Acesso em 06. set. 16.

culturais do País³.

A Política foi dividida em princípios orientadores que depois foram estruturados em sete eixos programáticos, porém dentro daquilo que estava pesquisando, foi o eixo seis, “Financiamento e fomento para museus”, que me chamou mais atenção.

Esse eixo designa, por exemplo, a criação de um fundo de amparo ao patrimônio cultural e aos museus brasileiros e o estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, de modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado⁴.

A publicação da PNM abriu caminhos para um fortalecimento do setor museológico, inclusive na área financeira que, até aquele momento, obtinha investimento apenas com a utilização do mecanismo de renúncia fiscal da Lei Rouanet⁵, criticado por autoras como Regina Abreu e Lia Calabre que afirmam que este colocou nas mãos da iniciativa privada a decisão sobre os projetos culturais a serem apoiados financeiramente, o que favoreceu projetos situados nos grandes centros, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo.

Baseado nos princípios da PNM, em 2004, o MinC, através do Programa Museu, Memória e Cidadania, lançou o primeiro edital específico para a área de museologia da história da instituição e do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pelo setor museológico no período.

O edital “Modernização de Museus” foi destinado a projetos de museus não vinculados a estrutura do Ministério da Cultura e apoiava a aquisição de acervos museológicos, equipamentos e material permanente de informática, segurança, iluminação, comunicação e mobiliários para exposição de longa duração e reservas técnicas.

Ainda em 2004, outros programas foram sendo criados em parceria com outras instituições públicas como o “Programa de Apoio a Projetos de Preservação de Acervos” que surgiu de um convênio entre o MinC e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Com a criação do IBRAM, em 2009, outros editais foram surgindo como o

³ BRASIL, 2003, p. 8

⁴ BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Brasília, 2003. p.12.

⁵ AMAZONAS, Archimedes Ribas. **Políticas e Formas de Financiamento para o setor museológico nacional no período (1999-2005)**. III ENECULT. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa, 2007. p. 14.

“Criação e Fortalecimento de Sistemas de Museus” e a versão de microprojetos do “Modernização de Museus”, além de premiações destinadas a reconhecer trabalhos existentes dentro da área museológica. Percebi, então, nesses editais a alternativa que estava procurando de auxílio aos museus brasileiros.

A pergunta não era mais sobre a existência de programas para a captação de recursos financeiros, e sim se eles eram eficazes para o campo museológico. Quais eram os editais mais significativos oferecidos pelo IBRAM? Qual a abrangência dos projetos apoiados por eles? Quanto era destinado à execução de cada uma das edições? Quais instituições realmente fazem uso desses editais? Foram algumas das indagações que fiz ao longo da construção desse trabalho.

Para delimitar o recorte da pesquisa, escolhi os três editais que, para mim, pareceram mais relevantes para o campo, no sentido de financiarem projetos ligados às atividades fins dos museus (pesquisa, conservação e comunicação), são eles: o “Modernização de Museus”, o “Mais Museus” e o “Modernização de Museus – Microprojetos”.

Busquei, ao longo do trabalho, analisar esses editais, comparando sua criação e utilização com os objetivos propostos nas políticas públicas do setor museológico, mais especificamente com a Política Nacional de Museus e o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), entre os anos de 2010 e 2014.

A escolha do recorte temporal se justifica na medida em que 2010 foi o primeiro ano após a criação do Instituto Brasileiro de Museus e 2014 é a data do corte orçamentário mais drástico do orçamento da Cultura, no MinC.

Apresentarei, no primeiro capítulo, um histórico das políticas públicas de financiamento na área da Cultura, bem como o surgimento das primeiras políticas para a área museológica, que resultaram na criação do IBRAM e de seus editais.

No segundo capítulo serão indicados dados sobre o panorama geral dos museus, através de informações recolhidas de pesquisa do IBRAM realizada em 2011, e sobre o funcionamento dos editais estudados, como origem dos recursos, abrangência, escolha dos projetos financiados e distribuição das premiações.

O terceiro capítulo trará uma análise do uso desses editais durante a gestão do IBRAM, entre os anos de 2010 e 2014. Para essa análise, utilizei os dados sobre o panorama geral do campo e os objetivos propostos na PNM e no PNSM.

Por fim, apresentarei as considerações finais a respeito da pesquisa, discorrendo sobre o tema e sobre os dados recolhidos no trabalho.

CAPÍTULO 1: A POLÍTICA DE FINANCIAMENTO CULTURAL NO BRASIL

A prática de apoio e proteção à cultura é mais antiga do que se imagina. Nasceu com Caio Mecenaz, conselheiro do imperador romano Otávio Augusto, que dedicou seus esforços para a proteção da literatura de sua época. Por esse apoio, seu nome passou de nome próprio para o conceito de “mecenaz”, que significa “pessoa ou entidade que patrocina financeiramente um artista, instituição ou evento cultural.”⁶.

Esse conceito foi utilizado séculos mais tarde, durante o Renascimento, para descrever pessoas como Lourenço de Médici, Cosme de Médici, Galeazzo Maria Sforza (Duque de Milão) e Francisco I que financiavam e investiam nas obras de artistas como Leonardo Da Vinci e Sandro Boticelli.

No Brasil, ações de mecenaz aconteceram de maneira pontual ao longo da história, como no caso da criação do Museu de Arte de São Paulo (MASP), a partir de 1947, que contou com a iniciativa de Assis Chateaubriand. É possível também citar a criação do Museu de Arte Moderna de São Paulo, em 1948, e da I Bienal Internacional de São Paulo, em 1951, que tiveram o apoio de Francisco Matarazzo Sobrinho, além da construção do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, apoiado por um grupo de empresários que era presidido por Raymundo Ottoni de Castro Maya⁷.

A política de incentivo cultural nos moldes como a conhecemos surgiu no Brasil apenas em 1986, com a aprovação da Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986, mais conhecida como Lei Sarney.

Embora sancionada apenas nesse ano, seu Projeto de Lei tramitava pelo Congresso desde 1972, ainda em pleno período de governo militar. Essa primeira tentativa de aprovação foi barrada pela área econômica do governo, resultando em 14 anos de discussões até que se chegasse ao projeto final aprovado.

A Lei Sarney foi pioneira em permitir o mecanismo de renúncia fiscal. Seu texto permitia ao contribuinte do imposto de renda

abater da renda bruta, ou deduzir com despesa operacional, o valor das doações, patrocínios e investimentos inclusive despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizada através ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, cadastrada no Ministério da Cultura⁸.

⁶ Dicionário do Aurélio. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/mecenas>>. Acesso em: 16. mar. 17

⁷ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus, liberalismo e indústria cultural. In: **Ciências Sociais Unisinos**, 2011. p. 191.

⁸ BRASIL. **Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986**. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto

Para que esse abatimento pudesse ser feito, era necessário observar o limite de 10% (dez por cento) da renda bruta, sendo possível abater 100% (cem por cento) do valor da doação, 80% (oitenta por cento) do valor do patrocínio e 50% (cinquenta por cento) do valor do investimento.

Para o recebimento das doações e patrocínios, a Lei Sarney considerava atividades culturais aquelas cujas ações, por exemplo, incentivassem a formação artística e cultural mediante concessão de bolsas de estudo, de pesquisa, e de trabalho, no Brasil e no exterior, a autores, artistas, técnicos brasileiros, ou estrangeiros residentes no Brasil; restaurasse obras de arte e bens móveis de reconhecido valor cultural, desde que acessíveis ao público; construísse, organizasse, equipasse, mantivesse, ou formasse museus, arquivos ou bibliotecas de acesso público⁹, entre outros.

Embora pioneira na institucionalização da política de mecenato no Brasil, a Lei Sarney enfrentou muitas críticas, já que não exigia a aprovação prévia dos projetos no recém-criado Ministério da Cultura (MinC), apenas o cadastramento da entidade cultural responsável pelo mesmo¹⁰. Em 1990, já durante a presidência de Fernando Collor de Melo, a Lei foi revogada. Esta foi apenas uma das ações do então Presidente da República no campo da Cultura.

Seguindo uma visão neoliberal, o governo de Fernando Collor foi marcado por um “desmonte do Estado”, causando a extinção da Fundação Nacional de Artes (Funarte), da Fundação Nacional de Artes Cênicas (Fundacen) e da Fundação do Cinema Brasileiro (FCB), que tiveram suas atribuições herdadas pelo Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC). Foi também constituído nesse período o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), a partir da fusão da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e da Fundação Pró-Memória. Além disso o MinC foi transformado em Secretaria da Cultura, vinculada à Presidência da República.

Os efeitos dessas ações podem ser sentidos até hoje, já que, elas foram responsáveis pelo desmantelamento dos quadros técnicos especializados das instituições culturais públicas do país. Segundo Regina Abreu

a improvisação de quadros profissionais em uma área considerada como periférica ou marginal, tanto do ponto de vista de políticas públicas, quanto da própria sociedade, só agravou o problema, tornando o setor ainda mais

de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.

⁹ Ibidem, Art 2º. Incisos I, IX e XI.

¹⁰ CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2005. p. 7.

fragilizado.¹¹

No contexto do estado de São Paulo, surgiu nesse período a Lei Municipal nº 10.923, de 30 de dezembro de 1990, conhecida como Lei Marcos Mendonça, decretada pela então prefeita Luisa Erundina. Esta Lei instituiu incentivos fiscais através do ISS e IPTU para realização de projetos culturais na cidade de São Paulo¹².

Segundo Cristiane Plens, essa foi a primeira lei municipal de incentivo à cultura no país e serviu como base de estudo para criação de outros instrumentos similares de caráter estadual e federal.

Aproximadamente um ano depois, foi aprovada a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet, em homenagem ao Secretário de Cultura da época, Sérgio Paulo Rouanet. Em seu texto, restabeleceu os princípios da Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986 e instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

O Pronac foi criado com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor cultural de modo a incentivar e facilitar o livre acesso às fontes de cultura e o pleno exercício dos direitos culturais, promovendo e estimulando a regionalização da produção cultural e artística brasileira. Além disso, tinha por objetivo apoiar, valorizar e difundir as manifestações culturais e seus criadores, protegendo as expressões dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional, preservando os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro¹³.

Para que o Programa fosse implementado, foram criados três mecanismos: o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), o Incentivo Fiscal (Mecenato) e o Fundo Nacional de Cultura (FNC).

O Ficart consiste na comunhão de recursos destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos de cunho comercial, como, por exemplo, a produção de instrumentos musicais, discos, espetáculos teatrais, de dança e edição de obras relativas às ciências, às letras e às artes. Nessa modalidade é permitida a participação dos investidores nos eventuais lucros, porém, embora já tenha sido regulamentada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), não foi implementada até o momento¹⁴.

O Incentivo Fiscal é o mecanismo mais conhecido da Lei Rouanet e que retoma

¹¹ ABREU, Regina. A cultura do mecenato no Brasil: uma utopia possível? In: NASCIMENTO JÚNIOR, José do (Org.). **Economia de Museus**. Brasília: MinC/Ibram, 2010. p. 178

¹² PLENS, Cristiane Zavatta. Lei Mendonça: criação e desmanche. **Biblioteca Latino-Americana de Cultura e Comunicação**, v. 1, n. 1, 2011. p. 8.

¹³ BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

¹⁴ AMAZONAS, 2007. p. 3.

os princípios da Lei Sarney. Através dele, pessoas físicas e jurídicas podem optar pela aplicação de parcelas do Imposto de Renda, a título de doação ou patrocínio, para projetos culturais previamente aprovados pelo Ministério da Cultura.

Para o recebimento dos recursos, esses projetos deveriam se enquadrar em alguns segmentos da Cultura, expressos no parágrafo 3º do Artigo 18 da Lei. São eles:

- a) artes cênicas;
- b) livros de valor artístico, literário ou humanístico;
- c) música erudita ou instrumental;
- d) exposições de artes visuais;
- e) doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos;
- f) produção de obras cinematográficas e videográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual;
- g) preservação do patrimônio cultural material e imaterial;
- h) construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que podem funcionar também como centros culturais comunitários, em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes¹⁵.

Com a implementação do Incentivo Fiscal foi criada a Secretaria de Apoio à Cultura, também vinculada à Presidência da República. Através dela, os proponentes preenchem um formulário único, enviando seus projetos para avaliação do MinC. A partir da aprovação do projeto, o proponente recebe o direito de buscar apoio junto à iniciativa privada.

O Fundo Nacional de Cultura ratifica outra criação da Lei Sarney, o Fundo de Promoção Cultural. Seu objetivo é captar e destinar recursos aos projetos que sejam compatíveis com o Pronac, estimulando a distribuição equitativa de recursos e a preservação e proteção do patrimônio cultural e histórico brasileiro, através de projetos que enfatizem a criatividade e a diversidade e que atendam às necessidades da produção cultural e aos interesses da coletividade¹⁶.

Este é um Fundo de natureza contábil, constituído pelos seguintes recursos:

- I - do Tesouro Nacional;
- II - de doações, nos termos da legislação vigente;
- III- legados;
- IV- subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
- V - saldos não utilizados na execução de projetos que se referem o Capítulo IV¹⁷ e o presente capítulo desta lei;
- VI - devolução de recursos de projetos previstos no Capítulo IV e no

¹⁵ Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Art. 18, parágrafo 3º.

¹⁶ Ibid., Art. 4º.

¹⁷ O Capítulo IV aqui expresso, se refere ao capítulo da Lei Rouanet que trata sobre os projetos que recebem financiamento através do mecanismo de incentivo fiscal.

presente capítulo desta lei, e não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;

- VII - 1% (um por cento) da arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais;
- VIII - 3% (três por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais;
- IX- reembolso das operações de empréstimo realizadas através do fundo, a título de financiamento reembolsável;
- X - resultado das aplicações em títulos públicos federais;
- XI - conversão da dívida externa com entidades e órgão estrangeiros, unicamente mediante doações;
- XII- e saldos de exercícios anteriores, e
- XIII - recursos de outras fontes.¹⁸.

O contexto político da época do surgimento da Lei Rouanet, juntamente com o desmantelamento posterior das instituições públicas culturais, resultou numa utilização, quase que exclusiva, do mecanismo de Incentivo Fiscal por parte dos produtores culturais e empresas incentivadoras durante toda a década de 1990.

A posição de um Estado forte e protagonista na área cultural que estivera em vigor no período anterior, fora substituída por uma nova estratégia onde o objetivo era “montar um novo sistema para a área da cultura centrado no fomento à participação da iniciativa privada no financiamento da produção cultural¹⁹.”

Em 1995, já com Fernando Henrique Cardoso na Presidência, o Ministério da Cultura lançou um documento apresentando um resumo dos projetos aprovados pelas leis de incentivo durante o primeiro semestre daquele ano. O título “Banco de Projetos: cultura é um bom negócio” já evidenciava a perspectiva da cultura como parte do mercado e deslocada do seu sentido de processo²⁰.

Esta nova visão política colocou nas mãos do empresariado brasileiro, a decisão sobre os projetos que seriam apoiados financeiramente, o que levou a uma concentração de recursos no trecho Rio - São Paulo.

Segundo o documento “Banco de Projetos: cultura é um bom negócio” a área com mais projetos aprovados para captação de recursos foi a de artes cênicas, contando com 35 projetos aprovados, dos quais 25 estavam centrados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Essa concentração de recursos se repetiu nos projetos das demais áreas: audiovisual, música, artes plásticas, patrimônio cultural, humanidades e atividades integradas.

¹⁸ Lei n 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Art. 5º.

¹⁹ ABREU, op.cit., p. 179

²⁰ MORAES, Nilson Alves de. **Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil**. Revista Museologia e Patrimônio, vol. II, nº 1. 2009. p. 58.

No mecanismo de Incentivo Fiscal, projetos de grandes e pequenos produtores culturais concorriam pelos mesmos recursos, através do preenchimento de um mesmo formulário que era avaliado pelo diminuto quadro de funcionários da Secretaria de Cultura e, a partir de 1992, pelo Ministério da Cultura (e instituições vinculadas).

Segundo Regina Abreu, em razão da falta de uma política cultural nacional que pudesse estabelecer critérios qualitativos de aprovação ou rejeição dos projetos propostos, a disposição dos pareceristas era de aprovar aqueles que estivessem corretamente formatados²¹. Essa prática se mostrava um problema para aqueles grupos menos estruturados.

Essa disputa entre grandes e pequenos produtores se acirrou quando empresas como o Banco Itaú, Banco Real, Unibanco e TV Globo perceberam que através da Lei Rouanet poderiam fazer a afirmação de suas marcas, as associando às atividades culturais²². Os recursos começaram a se concentrar em instituições controladas pelas próprias empresas patrocinadoras.

Em seu texto, Regina Abreu cita o caso do Banco Itaú que no ano de 1995 gastou R\$ 6,27 milhões para terminar a construção de seu espaço cultural na cidade de São Paulo, mais R\$ 2,89 milhões em atividades desenvolvidas no mesmo. Desse total, R\$ 7,78 milhões foram abatidos do imposto de renda devido pelo banco²³.

Além da concentração dos recursos em instituições vinculadas às grandes empresas, havia também uma tendência conservadora de investimento em projetos ligados a nomes consagrados ou à áreas consideradas seguras e com bom retorno de mídia (patrimônio arquitetônico e atividades integradas - ligadas aos centros culturais).

Essa centralização dos recursos ia na contramão dos objetivos de fomento à diversidade e democratização do setor cultural, enunciados pela própria Lei, quadro que só começou a ser revertido no governo seguinte.

Também data dessa década a aprovação da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, conhecida como Lei do Audiovisual. Através dela, era possível abater até 4% (quatro por cento) do imposto de renda devido por pessoas jurídicas e 6% (seis por cento) de pessoas físicas que direcionassem recursos a projetos audiovisuais aprovados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine).

²¹ ABREU, op.cit., p. 185.

²² A essa prática foi dado o nome de *marketing cultural*. Ela consiste na associação da empresa a expressões e manifestações culturais, afirmando a mesma como atenta a projetos de interesse da sociedade.

²³ ABREU, op.cit., p. 186.

Com a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, mudanças significativas ocorreram no governo brasileiro. Sua gestão resgatou a percepção de um Estado que precisava estar mais presente na área da cultura. A partir da nomeação de Gilberto Gil como Ministro da Cultura, o campo começou a ganhar forças, impulsionado também, por uma reformulação do MinC, aprovada através do Decreto nº 4.805, de 12 de agosto daquele ano.

O Ministério da Cultura havia sido criado por meio do Decreto nº 91.144, de 14 de março de 1985, pelo presidente José Sarney, assumindo o trabalho cultural que antes estava sob responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Funcionou até 1990, quando passou a ser novamente uma Secretaria, no governo de Fernando Collor (conforme citado anteriormente), e voltando a funcionar sob a estrutura de Ministério em novembro de 1992, através de lei assinada por Itamar Franco.

A reformulação do MinC permitiu o fortalecimento da capacidade de planejamento e reformulação de políticas culturais que criassem um sistema efetivamente nacional para o campo, pautado em ações integradas de todas as esferas públicas do país.

Segundo palavras do próprio Gilberto Gil durante Congresso na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2005:

A tarefa do MinC é formular e executar políticas públicas de cultura, articuladas e democráticas que promovam a inclusão social e o desenvolvimento econômico, e consagrem a pluralidade que nos singulariza, na nação, as comunidades que a compõem. Políticas que transcendam o fato cultural, o evento, o produto, e que realizem seu pleno potencial, tornando-se instrumento de resgate da dívida social que o Brasil tem com a maioria do seu povo. A cultura se impõe no âmbito dos deveres estatais.²⁴

Essas mudanças também promoveram uma revisão do conceito de cultura, de maneira a “estabilizar os objetos de intervenção pública recobertos pelo termo²⁵”. Foi criada, então, uma concepção de cultura que a entende em três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica²⁶.

A dimensão simbólica, também conhecida como antropológica, é fundamentada na ideia de que “toda ação humana é socialmente construída por meio de símbolos que,

²⁴ GIL, Gilberto. **Uma nova política cultural para o Brasil**. Revista Rio de Janeiro, n. 15, p. 103-110, 2006. p. 110.

²⁵ BRASIL. **Ministério da Cultura. Política Cultural no Brasil, 2002-2006**: acompanhamento e análise. Frederico A. Barbosa da Silva. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. p. 50.

²⁶ ROSÁRIO, Neusa Martins do. **Desenvolvimento e políticas culturais**: dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura na organização de dados culturais locais. Rio de Janeiro: V Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2014. p. 4.

entrelaçados, formam redes de significados que variam conforme os diferentes contextos sociais e históricos²⁷". Dessa maneira, a cultura passa a ser vista com uma concepção simbólica mais diversa, abarcando não só as belas artes, como também as artes populares, as indígenas, as afro-brasileiras, de massa e outras.

A dimensão cidadã está pautada na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 215, onde se assegura que "o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais"²⁸. A cultura é entendida como um direito fundamental de todos os cidadãos.

Por fim, a dimensão econômica compreende a cultura como um segmento de inovação e expressão da criatividade brasileira, gerador de ganhos sociais para o conjunto da população, como trabalho e riqueza, onde a economia da cultura²⁹ deve ser utilizada para a criação de políticas públicas mais eficientes.

Outro fato que reafirma a ideia de um fortalecimento na área cultural a partir de 2003 é a aprovação na Câmara dos Deputados da PEC 306/2000 que, alguns anos mais tarde, instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC), através do acréscimo do parágrafo 3º no artigo 215 da CF/88.

Essa reformulação da Cultura se refletiu também na área museológica com o lançamento da Política Nacional de Museus (PNM) em comemoração ao Dia Internacional dos Museus, no dia 18 de maio daquele mesmo ano.

A PNM foi construída por meio de discussões participativas com a comunidade museológica em reuniões e debates que buscavam propor eixos programáticos que pudessem contribuir para futuras ações de revitalização das instituições museológicas do país³⁰.

Sendo assim, ficou estabelecido como objetivo geral da PNM:

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade

²⁷ Texto base para a 2ª Conferência Nacional de Cultura

²⁸ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

²⁹ Entendida como a aplicação da análise econômica dos modelos de organização do setor cultural e na compreensão do comportamento dos produtores, consumidores e governos que interagem nesse setor, segundo o Journal of Cultural Economics da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) presente no texto do IBRAM "Museus e a Dimensão Econômica".

³⁰ A PNM não foi a primeira política pública para os museus, em vista que na década de 1980 houve a instalação do Programa Nacional de Museus, no âmbito da Fundação Nacional Pró-Memória, que buscava desenvolver projetos especiais visando à revitalização dos museus brasileiros, mas é aqui considerada a de mais relevância tendo em vista os efeitos que produziu no campo da Museologia.

social, étnica e cultural do País.³¹

O lançamento dessa Política marcou, também, a iniciativa do MinC de construir uma parceria entre os governos federal, estadual, municipal, além do setor privado e sociedade civil para a valorização, preservação e gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro³².

Para isso foram estabelecidos sete princípios orientadores que incluíam a consolidação de políticas públicas visando à democratização das instituições museológicas; o desenvolvimento de processos educacionais que visassem o respeito à diferença e à diversidade cultural; o reconhecimento e a garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar dos processos envolvendo o patrimônio a ser preservado; estímulo e apoio à participação de museus comunitários, museus locais, museus escolares e outros dentro da própria PNM e incentivo a programas que viabilizassem a conservação, preservação e sustentabilidade do patrimônio.

Foram criados também eixos programáticos que dividiram as ações em sete grandes áreas:

- 1) Gestão e Configuração do Campo Museológico;
- 2) Democratização e Acesso aos Bens Culturais;
- 3) Formação e Capacitação de Recursos Humanos;
- 4) Informatização de Museus;
- 5) Modernização de Infra-Estruturas Museológicas;
- 6) Financiamento e Fomento para Museus;
- 7) Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais.

Todo esse trabalho passou a ser organizado e supervisionado pelo Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) criado dentro da estrutura do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e seu surgimento possibilitou um fortalecimento ainda maior da área museológica.

O DEMU tinha a função de discutir o papel dos museus na sociedade, enxergando essas instituições como agentes de inclusão social, de reconhecimento da diversidade e afirmação identitária de diversos grupos. Foi o mecanismo institucional de debate sobre as mudanças propostas para o campo da Museologia e responsável pelas estratégias de mobilização política e corporativa.

³¹ BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003. p. 8

³² BRASIL, 2003, p. 9.

No ano de 2004, através do Decreto nº 5.264, de 5 de novembro, foi instituído o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), ação prevista no eixo 1 da PNM. O SBM surgiu com a finalidade de promover a interação entre os museus, o registro e a disseminação de conhecimentos do campo museológico e o desenvolvimento de ações de capacitação, documentação, pesquisa, conservação e difusão entre as unidades museológicas integrantes do Sistema³³.

A PNM foi responsável pelo desenvolvimento de outros importantes marcos da área da Museologia como o Cadastro Nacional de Museus (CNM) e o Observatório de Museus e Centros Culturais. Esses instrumentos possibilitaram que o campo se conhecesse estabelecendo prioridades de ação de acordo com as necessidades dos museus.

Ainda em relação ao eixo 1 da Política, foi elaborado o Estatuto de Museus, transformado na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Nele se define o conceito de museus como sendo:

...as instituições sem fins lucrativos, que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.³⁴

O Estatuto estabelece os princípios fundamentais dos museus, os procedimentos para a criação de instituições museológicas e regulamenta atividades específicas como a preservação, conservação, restauração e segurança dos acervos.

Como marco regulatório da área museológica, a Lei nº 11.904 também traz a obrigatoriedade dos museus de elaborar e implementar o Plano Museológico, entendido como ferramenta básica de planejamento estratégico.

Segundo a Lei, este documento deve ser elaborado de maneira participativa e nele devem estar definidos a missão do museu, além dos objetivos e ações prioritárias dentro de cada um dos doze programas (Institucional; de Gestão de Pessoas; de Acervos; de Exposições; Educativo e Cultural; de Pesquisa; Arquitetônico-urbanístico; de Segurança; de Financiamento e Fomento; de Comunicação; Sócio-ambiental, de Acessibilidade a

³³ TOLENTINO, Átila Bezerra. **Políticas públicas para museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro**. In: Revista CPC, São Paulo, nº 4, p. 72-86. 2007. p. 81.

³⁴ BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

todas as pessoas)³⁵.

Outras ações também tiveram sua origem no lançamento da Política Nacional de Museus, como por exemplo a criação de novos cursos de graduação em Museologia nas universidades federais, incluindo o curso no qual me encontro vinculada, e de cursos de Pós-Graduação.

O eixo 6 “Financiamento e Fomento a Museus” também recebeu atenção da equipe do DEMU, através da reformulação do programa de financiamento “Museu: Memória e Cidadania” para que ele pudesse abranger não só os museus federais, como também outros museus do país.

Este havia sido criado no Plano Plurianual³⁶ (PPA) 2000-2003, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, quando houve uma reformulação do PPA para que o mesmo pudesse adotar o sistema de gestão por programas, formulados para atender objetivos específicos de demandas da sociedade em diversos segmentos como saúde, educação, moradia, segurança, etc.

O Programa “Museu: Memória e Cidadania” nasceu com o objetivo de revitalizar os museus e criar condições para sua auto-sustentabilidade, porém, segundo Tolentino, estava longe de atender satisfatoriamente a demanda do setor museológico. Em sua versão original, atende especificamente, os museus da União, inibindo a construção de uma rede de parcerias entre os entes da federação³⁷.

Essa reformulação possibilitou que “instituições de todo o país tivessem mecanismos de financiamento de seus projetos, levando em conta critérios como impacto regional e institucional, relevância dos acervos, localidade e tamanho³⁸”.

A partir do Programa, o Ministério da Cultura criou, em 2004, o edital Modernização de Museus, destinado a museus não vinculados a estrutura do próprio MinC e que apoiava a aquisição de acervos museológicos, equipamentos e material permanente de informática, segurança, iluminação, comunicação e mobiliários para exposição de longa duração e reservas técnicas. Este foi o primeiro edital lançado especificamente para a área da Museologia e contou com um recurso de R\$ 1 milhão proveniente do Fundo

³⁵ O Decreto 8.124/2013 incluiu o Programa Sócio-ambiental e o Programa de Acessibilidade a todas as pessoas só foi incluído em 2015, com a Lei 13.146, que é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), somando assim 12 programas.

³⁶ Instrumento gerencial, adotado pelo governo federal, com duração de quatro em quatro anos, com a finalidade de articular planejamento e orçamento e que deve ser integrado à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual. (TOLENTINO, 2007, p. 77)

³⁷ TOLENTINO, op.cit., p. 78

³⁸ BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus - relatório de gestão 2003-2010**. Brasília, DF: MinC/IBRAM, 2010. p. 29.

Nacional de Cultura.

Seguindo essa mesma política, houve na sequência, o lançamento de outros editais de bancos e empresas públicas com o apoio do DEMU e do MinC. Em agosto do mesmo ano, a Caixa Econômica Federal divulgou o “Programa Caixa de Adoção de Entidades Culturais” abertos à participação de instituições de direito público ou privado, sem fins lucrativos que propusessem projetos de preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro³⁹.

Em seu texto, Archimedes Amazonas destaca ainda o surgimento do “Programa de Apoio a Projetos de Preservação de Acervos”, realizado por meio de um convênio entre o MinC e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O DEMU ficaria encarregado do apoio técnico na elaboração do edital e seleção dos projetos e o BNDES entraria com R\$ 5 milhões a serem destinados a projetos de preservação de acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos e documentais. O autor cita também a segunda edição do edital “Programa Petrobrás Cultural”, que passou a incluir preservação e difusão de acervos de museus⁴⁰.

Os eixos programáticos da PNM foram responsáveis pela criação de mais um edital no âmbito no MinC, o “Mais Museus” que é destinado a

projetos elaborados por pessoas jurídicas de direito público e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, excetuando-se aquelas vinculadas ao Ministério da Cultura, interessadas em obter apoio financeiro para apoiar a implantação de museus em cidades com até 50 mil habitantes e que não possuam instituição museológica estruturada⁴¹.

O edital “Mais Museus” teve sua primeira edição em 2007/2008 e era voltado para a aquisição de equipamentos e mobiliário; elaboração de projetos para execução de obras e serviços; instalação e montagem de exposições; restauração de imóveis; elaboração de projetos museológicos ou museográficos e benfeitorias em imóveis⁴². 386 foi o número de projetos inscritos e 24 o número de selecionados na edição de 2007/2008.

O surgimento deste edital demonstra a articulação entre os eixos da Política Nacional de Museus, buscando através do fomento à criação de novos processos

³⁹ AMAZONAS, 2007, p. 10.

⁴⁰ Ibidem, p. 11.

⁴¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Portal da Instituição. Programa Ibram de Fomento. 4º Edital Mais Museus. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/programa-ibram-de-fomento-2011-privado/maismuseus/>>. Acesso em: 28. mar. 2017.

⁴² BRASIL, 2010, p. 88.

museológicos, a democratização do acesso aos museus.

A PNM também foi essencial no sentido de impulsionar os debates da e sobre a Museologia, culminando na constituição do Fórum Nacional de Museus, cuja primeira edição ocorreu em 2004, na cidade de Salvador, no estado da Bahia. O Fórum deveria ser bienal com escolha da sede no evento anterior.

Durante o primeiro Fórum foram apresentados problemas e discutidas soluções e diretrizes de médio e longo prazo para a PNM e o Sistema Brasileiro de Museus. O debate ocorreu em torno da necessidade de reconhecer que os museus ocupam papel central no plano das políticas públicas na área da cultura e a mudança da relação entre museu, sociedade e Estado a partir desse reconhecimento.

O reconhecimento da centralidade dos museus dentro da política cultural fez com que fosse apresentado ao Congresso Nacional, um Projeto de Lei para a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), ligado ao Ministério da Cultura.

Ainda em 2007, num texto de apresentação da Política Nacional de Museus, o ministro Gilberto Gil afirmou sua posição de apoio à criação dessa autarquia:

Um dos próximos passos será a criação do Instituto Brasileiro de Museus, antigo anseio da comunidade museológica. Coloco boa parte da minha energia neste projeto, por reconhecer o lugar estratégico dos museus na cultura e considerar que esta área demanda um órgão próprio de gestão.⁴³

O IBRAM foi formalmente instituído pela Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, como autarquia federal, de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e vinculada ao Ministério da Cultura, com sede na Capital Federal⁴⁴.

O Instituto nasceu com o objetivo de contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento das instituições museológicas e seus acervos, normatizando o setor e assegurando sua fiscalização.

A nova autarquia se tornou então responsável pela proposição e implementação de projetos, programas e ações do setor, herdando do DEMU não só os museus que antes faziam parte de sua estrutura, como também a responsabilidade de estabelecer normas e procedimentos para o aperfeiçoamento e fortalecimento das instituições

⁴³ BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Org. José do Nascimento Júnior; Mário de Souza Chagas. Brasília: MinC, 2007. p. 11.

⁴⁴ BRASIL. **Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009**. Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

museológicas brasileiras.

A PNM e suas ações vinculadas foram transferidas da responsabilidade do DEMU para o IBRAM, que passou então a coordenar o Sistema Brasileiro de Museus e os programas de financiamento para o setor museológico.

O Instituto iniciou seus trabalhos seguindo uma estrutura básica composta pela Procuradoria Federal, Auditoria e Departamentos, sendo estes o Departamento de Processos Museais; de Difusão, Fomento e Economia de Museus; de Planejamento e Gestão Interna e a Coordenação-Geral de Sistema de Informação Museal. Fazem parte também da instituição, 28 museus.

Paralelamente às discussões da Museologia, a Cultura também continuou se mobilizando através de Conferências e Seminários fazendo surgir as metas do Plano Nacional de Cultura (PNC), que embora já estivesse previsto no 3º parágrafo do Artigo 215 da CF/88, só foi formalmente aprovado pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

Sua constituição seguiu os moldes de construção coletiva com consultas públicas, respeitando os princípios de liberdade de expressão, criação e fruição, a diversidade cultural, o respeito aos direitos humanos e ao acesso de todos aos bens culturais.

Entre seus objetivos estavam o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural étnica e regional brasileira, a proteção do patrimônio cultural material e imaterial, promoção do direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções, qualificação da gestão na área cultural e descentralização da implementação de políticas públicas de cultura⁴⁵.

A Lei também reforçou o Fundo Nacional de Cultura como o principal mecanismo de fomento às políticas culturais através de seus fundos setoriais específicos, colocando o MinC como responsável ao estímulo da diversificação desses mecanismos de financiamento de modo a aumentar os recursos destinados ao cumprimento do PNC.

O Plano foi criado como parte do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e, após construção coletiva, apresentou uma lista de 53 metas a serem alcançadas em um período de dez anos (2010 - 2020). Estão entre algumas dessas metas:

Meta 9: 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local;

Meta 24: 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentadas

⁴⁵ BRASIL. **Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultural - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, e dá outras providências.

com recursos públicos federais;
Meta 34: 50% das bibliotecas públicas e museus modernizados;
Meta 51: Aumento de 37% acima do PIB, dos recursos federais para a cultura;
Meta 52: Aumento de 18,5% acima do PIB da renúncia fiscal do governo federal para incentivo à cultural⁴⁶.

O PNC nasceu ressaltando o papel regulador, indutor e fomentador do Estado, estabelecendo objetivos, diretrizes e ações para todas as áreas da cultura. Uma das ações previstas é a formulação e implementação de planos nacionais setoriais das linguagens artísticas e expressões culturais que também incluam objetivos, metas e sistemas de acompanhamento, avaliação e controle social⁴⁷.

Desta maneira, em 2010, já com o IBRAM a frente do campo da Museologia foi lançado o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), documento elaborado de maneira democrática durante os encontros do Fórum Nacional de Museus.

O PNSM é visto como uma agenda política que deve guiar o campo museal também pelo período de dez anos (2010 - 2020) e apresenta um conjunto de propostas baseadas nos nove eixos setoriais dos museus: gestão museal; preservação, aquisição e democratização dos acervos; formação e capacitação; educação e ação social; modernização e segurança; economia de museus; acessibilidade e sustentabilidade ambiental; comunicação e exposição; e pesquisa e inovação⁴⁸.

O Plano Nacional Setorial representa um marco regulador das políticas públicas museais de longo prazo e deve ter suas ações implementadas e fiscalizadas com o auxílio do IBRAM.

As metas de financiamento e fomento de museus estão dispostas por todo o documento, nos diferentes Eixos Estruturantes propostos pela II Conferência Nacional de Cultura (CNC).

No Eixo I, “Produção Simbólica e Diversidade Cultural”, em sua diretriz 02 de incentivo ao acesso ao patrimônio cultural integral⁴⁹, o PNSM propõe a modernização da estrutura pública e ampliação da disponibilização dos recursos financeiros, estimulando a criação de fundos municipais e estaduais para museus, em articulação com o nacional.

Em sua diretriz 08 de implantação de programas que assegurem a manutenção

⁴⁶ BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. 3ª edição. Brasília: MinC, 2013. p. 10-13.

⁴⁷ Lei nº 12.343. Anexo. Capítulo II. Ação 2.2.1.

⁴⁸ MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto Brasileiro de Museus. **Política Nacional Setorial de Museus - 2010/2020**. Brasília, DF: MinC/Ibram. 2010. p. 21.

⁴⁹ MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010. p. 44.

dos museus e centros culturais existentes, a estratégia 01 estabelece que é preciso garantir a criação anual de editais específicos para a implantação e reestruturação de museus indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, envidando esforços para incluir no orçamento anual das Secretarias de Cultura e do IBRAM, os recursos financeiros necessários para a abertura desses editais⁵⁰.

No Eixo III, “Cultura e Desenvolvimento Sustentável”, a diretriz 01 consiste em: “Fortalecer, ampliar e democratizar as formas de obtenção de recursos, e instituir os mecanismos legais necessários para o uso dos recursos próprios obtidos por meio de bilheteria, doações e serviços prestados⁵¹.”

Para o cumprimento dessa diretriz foram estabelecidas cinco estratégias diferentes, cada uma com ações específicas contendo metas quantitativas e temporais. Uma das ações previstas, é uma proposição de alteração da Lei Rouanet para o aprimoramento de seus mecanismos de fomento e incentivo à cultura⁵².

Também estão previstas ações de proposição de fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura e criação/regulamentação de linhas de financiamento cultural por meio de agentes financeiros federais como o BNDES e a Caixa Econômica Federal.

Outra estratégia busca “envidar esforços para garantir, por meio de dotação orçamentária, emendas parlamentares e editais, recursos para a manutenção das unidades museológicas criadas⁵³”.

Já no Eixo IV “Cultura e Economia Criativa”, uma das diretrizes busca promover políticas públicas que garantam o financiamento de um fundo setorial nos âmbitos federal, estadual e municipal e que incentivem a participação privada no âmbito dos museus⁵⁴. A ideia é criar um fundo nacional de fomento à sustentabilidade permanente das instituições museológicas.

Outra estratégia consiste no incentivo aos estados e municípios de criação de alternativas de fomento e financiamento de museus que sejam complementares às linhas oferecidas pela União.

A diretriz 03 desse mesmo Eixo prevê “ampliar as políticas de editais da área de museus, adequando-as às diversidades regionais, possibilitando maior descentralização

⁵⁰ Ibidem, p. 49.

⁵¹ Ibidem, p. 60.

⁵² Ibidem, p. 60.

⁵³ Ibidem, p. 61.

⁵⁴ Ibidem, P. 68.

dos recursos⁵⁵”.

No Eixo V “Gestão e Institucionalidade da Cultura”, uma das diretrizes diz respeito à garantia da continuidade da PNM e consolidação do Estatuto de Museus, garantindo também o repasse equitativo de recursos aos estados⁵⁶. Outra, à intensificação dos mecanismos federais de fomento para a qualificação dos museus⁵⁷.

Necessário se faz, então, investigar se as ações propostas no PNSM em relação ao financiamento de museus estão sendo cumpridas no âmbito do IBRAM e dos editais por ele propostos. Pretendemos verificar, também, se a aplicação desses recursos está obedecendo aos princípios de acesso democrático e equitativo, propostos não só pelo Plano Nacional Setorial de Museus, como também pela PNM e pelo Fundo Nacional de Cultura. É o que apresentaremos no próximo capítulo.

⁵⁵ Ibidem, p. 69.

⁵⁶ Ibidem, p. 77.

⁵⁷ Ibidem, p. 78.

CAPÍTULO 2: O CENÁRIO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO E OS EDITAIS DO IBRAM

2.1 O panorama nacional dos museus

Para aprimorar ou estudar uma política pública, seja qual for sua área de ação, é preciso, antes de mais nada, levantar informações suficientes que auxiliem o entendimento do contexto onde essa política está inserida.

Foi com esse objetivo que o Ministério da Cultura, por meio do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), elaborou a publicação “Museus em Números” a partir de dados disponibilizados pelas instituições museológicas que aderiram ao Cadastro Nacional de Museus (CNM).

O estudo traz informações a respeito das características gerais das instituições museológicas, sobre seus acervos, acesso ao público, caracterização física dos espaços, segurança e controle patrimonial, atividades de exposição, ações educativas e visitas guiadas, recursos humanos e orçamento.

A reunião desses dados resultou em um mapeamento do campo museológico brasileiro, onde foi possível identificar as potencialidades e as principais necessidades das instituições museais em cada uma das regiões do país.

A publicação “Museus em Números” foi pensada para ser periódica, devendo ser publicada de três em três anos, de forma a manter os dados sempre atualizados e disponíveis para pesquisa. Apesar disso, até o momento, apenas a primeira edição do estudo foi publicada e disponibilizada, em 2011.

Para o presente trabalho, foram selecionadas informações sobre os museus brasileiros referentes aos dados institucionais, a natureza administrativa, caracterização física dos espaços, segurança e controle patrimonial, atividades de comunicação e educação e sobre o orçamento, a fim de melhor compreender as necessidades dos museus em utilizar os editais do IBRAM.

O universo museal brasileiro a época da publicação era composto de 3.025 unidades museológicas mapeadas pelo CNM nas cinco regiões do país. A quantidade de instituições por região está descrita no quadro a seguir.

Quadro 1 - Quantidade de museus por região brasileira, Brasil, 2010

Região	Número de Museus
Sudeste	1.151
Sul	878
Nordeste	632
Centro-Oeste	218
Norte	146

Fonte: elaborado pela autora a partir da publicação "Museus em Números"

Com base nas informações recolhidas da publicação "Museus em Números", a região Sudeste se apresenta como aquela com maior número de museus, possuindo 38% das unidades museológicas brasileiras, sendo seguida da região Sul, com 29%.

São essas duas regiões que detêm, também, os cinco estados com o maior número de museus, são eles: São Paulo (517 instituições), Rio Grande do Sul (397), Minas Gerais (319), Paraná (282) e Rio de Janeiro (254).

Em contraposição, a região Norte, além de ter o menor número de museus, também detêm os cinco estados com menor número de unidades museológicas, sendo: Roraima (6 instituições), Amapá (9), Tocantins (10), Rondônia (10) e Acre (23).

Ainda quanto à localização geográfica dos museus brasileiros, através do CNM foi possível constatar que 923 das 3.025 unidades museológicas existentes estão localizadas em uma das 27 capitais do país, esse número corresponde a 30,5% do total. Ou seja, observa-se uma concentração de museus nas capitais, em detrimento dos museus no interior.

Apesar disso, apenas 1.174 dos 5.564 municípios brasileiros possuem museus (cerca de 21,11%) e desses, 1.106 possuem, no máximo, 5 museus. Somente 68 municípios possuem 6 ou mais instituições museológicas.

No quadro a seguir, estão indicadas as cidades brasileiras com maior número de museus.

Quadro 2 - Cidades com maior número de museus, Brasil, 2010

Cidade	Número de Museus
São Paulo	132
Rio de Janeiro	124
Salvador	71
Curitiba	70
Porto Alegre	63
Brasília	60
Recife	44
Belo Horizonte	41
Fortaleza	31
Manaus	29
Florianópolis	28
Maceió	27
Belém	26
João Pessoa	22
Natal	22
Campinas	21

Fonte: elaborado pela autora a partir da publicação "Museus em Números"

Os dados recolhidos permitem perceber a desigualdade na distribuição das unidades museológicas, onde a maior parte do país continua sem acesso aos museus, principalmente nas áreas mais interioranas e de menor densidade populacional. Isso aconteceu também devido à trajetória histórico-social de ocupação do país.

Segundo o IBRAM

a relação entre população e o número de museus é um dado importante para análise do campo museal. Essa informação contribui para estudos e reflexões sobre desigualdades regionais na esfera cultural e acessibilidade a museus, assim como serve de subsídio para priorizar ações e para o desenvolvimento de políticas públicas de museus⁵⁸.

⁵⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em Números**. Vol 1. Brasília, DF: IBRAM, 2011. p. 63.

Em 2010, foi calculada a distribuição de museus em relação ao número de municípios e da população total de cada uma das regiões brasileiras. A média nacional na relação população/museus foi de 60.822 habitantes por museus. Os valores divididos por região estão representados no quadro a seguir:

Tabela 1 - Distribuição de municípios, população e museus por regiões em 2010

	Municípios com museus	Total de Municípios	% de Municípios com Museus	População segundo o IBGE	Número de Museus	População /Museus
Norte	49	449	10,9%	14.632.316	146	100.160
Nordeste	246	1.793	13,7%	51.534.406	632	81.542
Sul	377	1.188	31,7%	26.733.595	878	30.448
Sudeste	432	1.668	25,9%	77.873.120	1.151	67.657
Centro - Oeste	70	466	15,0%	13.222.854	218	60.655
Brasil	1.174	5.564	21,1%	183.987.291	3.025	60.822

Fonte: elaborado pela autora a partir da publicação “Museus em Números”

Para o desenvolvimento do estudo sobre o campo, o IBRAM forneceu aos 3.025 museus cadastrados no CNM, um formulário a ser respondido com informações sobre a instituição. As respostas e porcentagens apresentadas no decorrer do capítulo, dizem respeito à uma amostragem dos 1.500 museus que enviaram as respostas dentro do prazo estipulado pelo Instituto.

2.1.1 Natureza Administrativa

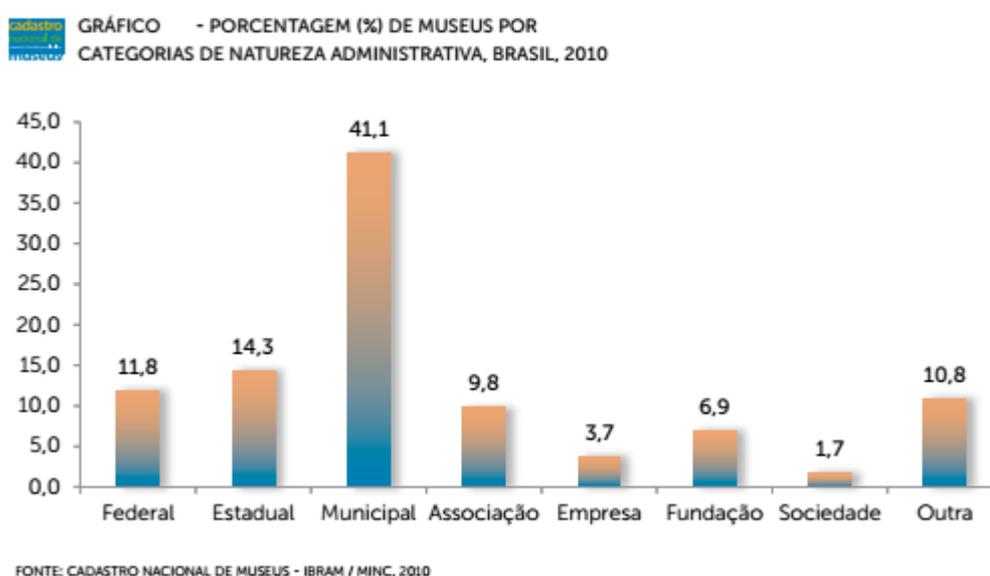
As informações sobre a natureza administrativa dos museus podem ser encontradas no item “1.1 Características Gerais dos Museus” do subcapítulo “Dados Institucionais” da publicação “Museus em Números”.

A natureza administrativa dos museus brasileiros pode ser dividida da seguinte maneira: de direito público, compreendendo museus federais, estaduais e municipais; de direito privado, se referindo àqueles pertencentes à associações, empresas, fundações e sociedades; e outros, compreendendo os museus de partidos políticos,

organizações religiosas, entidades sem fins lucrativos e museus particulares (sem personalidade jurídica própria)⁵⁹.

Ainda segundo informações coletadas pelo Cadastro Nacional de Museus, a maior parte das instituições brasileiras pertencem à esfera pública (cerca de 67% das instituições existentes), seguidas das instituições de direito privado (com 22,1%) e de outra natureza (10,8%), descritas de maneira mais detalhada segundo as porcentagens representadas no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Porcentagem de museus por categorias de natureza administrativa



Os museus municipais são maioria em quase todos os estados e regiões, salvo na região Norte, onde há maior número de museus de natureza estadual. No Rio de Janeiro e Distrito Federal há elevado número de museus federais⁶⁰, por terem abrigado a capital do país.

Entre os museus considerados de natureza federal, estão aqueles vinculados ao IBRAM e ao Ministério da Cultura, através de suas outras autarquias⁶¹. O Instituto Brasileiro de Museus é responsável direto por 30 instituições museológicas espalhadas por todo o país.

Em estudo feito também pelo IBRAM nos anos de 2012 e 2013, intitulado “Da

⁵⁹ Ibidem, p. 62

⁶⁰ Ibidem, p. 63.

⁶¹ Os museus federais são aquelas ligados à órgãos do governo federal como o Executivo: Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério da Defesa, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, além dos museus dos órgãos do Judiciário e Legislativo.

cadeira produtiva à gestão sustentável” outra importante informação foi levantada a respeito da natureza administrativa dos museus brasileiros: com um universo de 253 museus estudados, o IBRAM levantou o nível de formalização dos museus através da porcentagem de instituições que possuem um número no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) próprio.

Naquele contexto, 62,8% dos museus estudados possuíam CNPJ, enquanto os outros 37,8% não. Segundo este estudo, “as instituições que não possuem CNPJ têm a sua gestão dificultada, principalmente quanto à falta de orçamento próprio e quanto à atividade de captação de recursos⁶².”

Isso acontece, porque esses museus ficam dependentes de suas mantenedoras, o que acaba limitando suas ações no campo da gestão dos recursos.

As informações sobre a natureza administrativa dos museus nos ajudam a compreender a parcela de instituições que podem concorrer aos prêmios dos editais oferecidos pelo IBRAM, conforme as exigências de cada edital.

2.1.2 Caracterização física dos museus

A caracterização física dos museus, tratada no subcapítulo 4 do “Museus em Números”, traz informações sobre a área ocupada pelas instituições, situação da propriedade dos espaços, a quantidade de museus que utiliza locais adaptados ou tombados e as áreas com instalações destinadas a portadores de necessidades especiais⁶³.

Quanto à área ocupada, predominam aqueles museus que possuem até 500m² de área total, representando 60,2%, seguido de instituições que tenham entre 501m² a 1.000m², com 18,5% do total. Museus com mais de 1.000m² de área, representam apenas 1,9%, se configurando como a menor representação.

Outro dado levantado pelo CNM diz respeito à propriedade dos espaços utilizados pelos museus. Das instituições pesquisadas, 75,8% possuem imóvel próprio, 6,1% utilizam imóvel alugado e os outros 18,1% se utilizam de locais cedidos

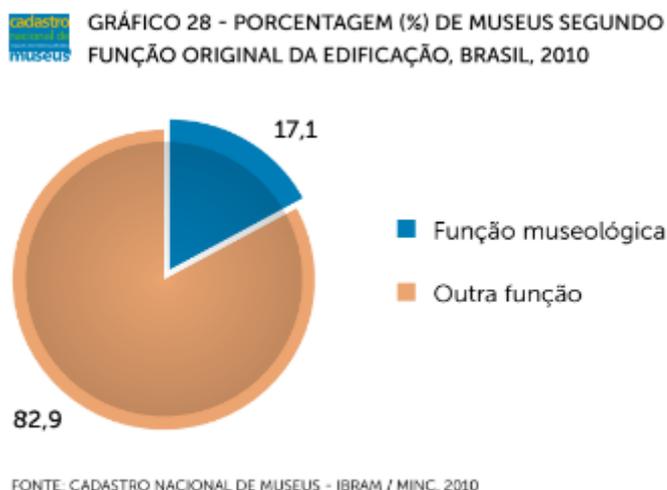
⁶² INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus e a dimensão econômica**: da cadeia produtiva à gestão sustentável. Brasília, DF: Ibram, 2014.(Coleção Museu, Economia e Sustentabilidade). p. 71-72

⁶³ “Portadores de necessidades especiais” era a denominação utilizada à época da publicação “Museus em Números”. A partir da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passou-se a usar “Pessoa com Deficiência”. Em razão da utilização da referida publicação, ao longo do trabalho utilizamos a denominação antiga.

por empréstimo ou comodato.

O desafio dos espaços físicos dos museus se apresenta na medida em que a maior parte deles não foi originalmente pensado para abrigar uma instituição museológica, conforme gráfico apresentado a seguir.

Gráfico 2 – Porcentagem de museus segundo função original da edificação



Espaços que não são originalmente pensados para serem museus, precisam passar por uma série de modificações, de maneira a abrigar setores que antes não eram previstos, tais como: reserva técnica, salas de tratamento de acervo, espaço de biblioteca ou para oficinas do setor educativo, além da área administrativa e depósito de materiais de limpeza.

Esses espaços também necessitam de mobiliário e equipamentos de conservação feitos sob medida e que levem em consideração a capacidade dos sistemas elétricos e hidráulicos e respeitem as plantas dessas construções que, por vezes, são de séculos passados.

Conforme as respostas recebidas pelo IBRAM nos formulários de pesquisa enviados, foram separadas onze categorias para expressar as funções originais dos espaços utilizados pelos museus, são elas: residência, estabelecimento público, estabelecimento privado, instituição de ensino, instituição religiosa, ferrovia, instituição militar, casa de câmara e cadeia, espaço cultural, arquivo e biblioteca, e outros⁶⁴.

As porcentagens de utilização segundo cada uma das categorias são

⁶⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, p. 101.

representadas a seguir pelo gráfico retirado da publicação “Museus em Números”.

Gráfico 3 – Porcentagem de museus segundo função original da edificação por função



Outra consideração a ser feita quanto aos imóveis adaptados é que uma parte deles funciona em propriedades tombadas⁶⁵, seja pela instância federal, estadual ou municipal. Instituições como essas precisam de autorização expressa do órgão responsável pelo tombamento, caso necessitem de fazer alguma adaptação no espaço.

As instituições que funcionam em edificações tombadas correspondem a 28,8% dos museus pesquisados, desse total, 38,1% são tombados em instância federal, 30,6% na estadual e 31,3% na municipal.

Adequações de espaços para o acesso do público portador de necessidades especiais, também são consideradas adaptações nas instalações dos museus brasileiros.

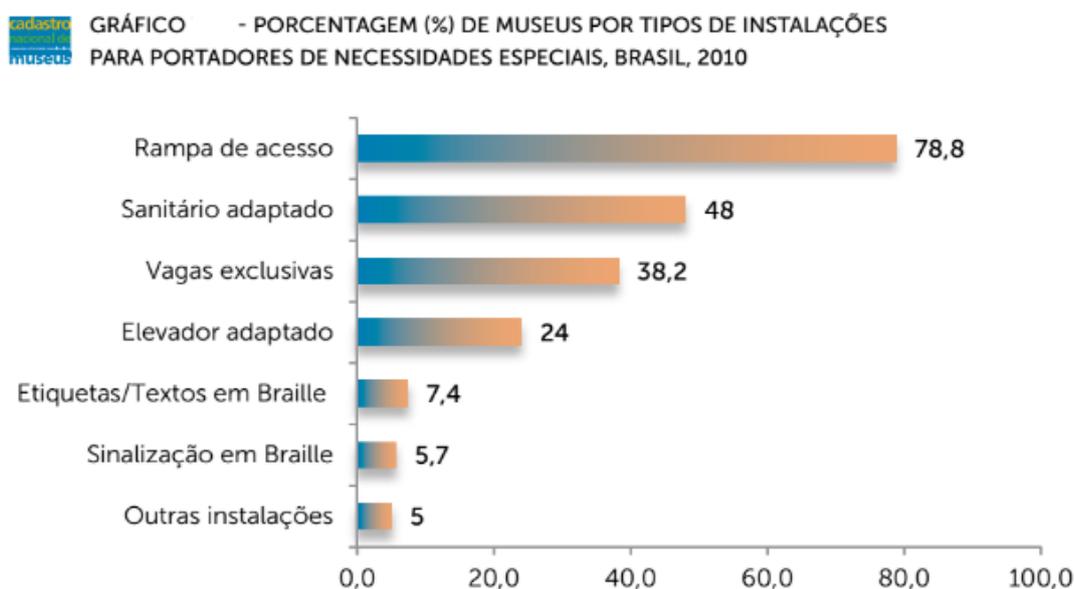
São consideradas entre essas adaptações a instalação de rampa de acesso, a

⁶⁵ Segundo o portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o tombamento é “o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural [...] e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal”.

construção de banheiros adaptados, a reserva de vagas de estacionamento exclusivas, a instalação de elevadores adaptados e a presença de etiquetas/textos e sinalização em braille.

A porcentagem desse tipo de adaptação está expressa no gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Porcentagem de museus por tipos de instalações para portadores de necessidades especiais



FONTE: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

A modernização desses espaços e a adaptação das instalações utilizadas pelos museus é objeto dos editais “Modernização de Museus”, “Mais Museus” e “Modernização de Museus - Microprojetos” oferecidos pelo IBRAM. Um de seus objetivos é tentar melhorar os dados aqui apresentados, tornando as instituições museológicas mais preparadas para o atendimento de seu público e realização das suas atividades fins.

2.1.3 Segurança e Controle Patrimonial

As informações sobre esse assunto são tratadas no subcapítulo 5 do “Museus em Números” e fazem referência à segurança dos visitantes e profissionais dos museus, assim como da edificação e dos acervos. São também consideradas as questões sobre monitoramento e controle climático das áreas de exposição e reservas

técnicas⁶⁶.

Os resultados mostram que apenas 41,2% dos museus possuem planos de segurança e emergência, e destes 75,7% utilizam plano de combate a incêndio, 69,8% plano de segurança contra roubo e furto, 34,3% plano de retirada de pessoas, 22,4% possuem plano de retirada de obras, 15% têm plano contra pânico e 2,5% possuem outros planos não especificados.

Planos de prevenção e combate a incêndio são de grande importância dentro das unidades museológicas, uma vez que dentro dos museus é comum encontrar materiais combustíveis como madeira e papel, além de produtos químicos inflamáveis.

A utilização de locais históricos onde a função original não era a guarda de acervos aumenta ainda mais o risco desse tipo de sinistro, já que muitas edificações não foram construídas com a prevenção de incêndio como uma de suas prioridades.

Segundo o Cadastro Nacional de Museus, 72,9% dos museus adotam alguma medida preventiva contra incêndio, entre elas estão a revisão periódica dos extintores com 66,2% e da rede elétrica, com 56,3%⁶⁷.

Além das medidas de prevenção também foi levantada a porcentagem de museus que possuem algum equipamento de detecção e combate a incêndio. São considerados pela pesquisa os seguintes equipamentos: extintor, mangueira/hidrante, porta corta-fogo, detector de incêndio, sprinkler e outros equipamentos.

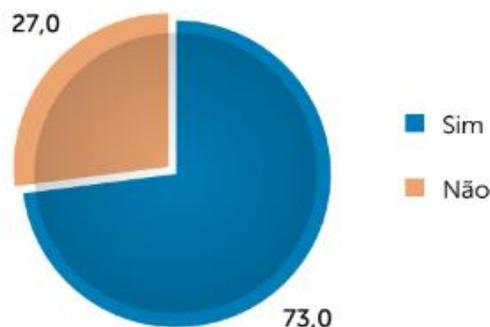
A utilização desses equipamentos é demonstrada conforme gráfico a seguir.

⁶⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, p. 106

⁶⁷ *ibidem*, p. 108

Gráfico 5 – Porcentagem de museus segundo equipamento de proteção à incêndio

 GRÁFICO - PORCENTAGEM (%) DE MUSEUS SEGUNDO EXISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DE DETECÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, BRASIL, 2010



FONTE: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

Sobre a segurança das instituições, foi pesquisado também o uso de equipamentos eletrônicos como alarmes, sensores e câmaras, sendo o primeiro o mais comum em todo o país.

Nas instituições museológicas são consideradas ações de segurança, não só aquelas envolvendo os trabalhadores e público, como também a segurança do acervo patrimonial de que o museu é guardião.

Sinistros como incêndio, roubos, furtos e inundações são só algumas das situações que podem ocorrer com o acervo e é preciso considerar também a conservação dos objetos como uma das ações de segurança e controle patrimonial.

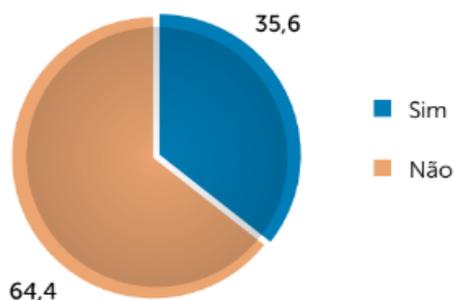
Fatores como temperatura, umidade e luminosidade alteram a vida útil dos objetos podendo causar até uma perda irreversível, onde o patrimônio, considerado como único e insubstituível, não pode mais ser levado a público e nem apresentado aqueles que deveriam fazer usufruto do patrimônio cultural.

Sendo assim, ações no sentido do controle ambiental são de suma importância para os museus, embora nem sempre possam ser levadas adiante pelas instituições.

A maioria dos museus brasileiros ainda não possuem equipamentos de conservação e controle climático conforme o gráfico apresentado a seguir.

Gráfico 6 – Porcentagem de museus segundo equipamentos de controle ambiental

 GRÁFICO - PORCENTAGEM (%) DE MUSEUS SEGUNDO EXISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DE CONSERVAÇÃO E CONTROLE CLIMÁTICO, BRASIL, 2010



Fonte: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

Dentre esses equipamentos estão considerados: ar-condicionado 24 horas, ar-condicionado com sistema de ligar e desligar, desumidificador, filtro de ar, filtro de luz, higrômetro⁶⁸, luxímetro⁶⁹, psicrômetro⁷⁰, termohigrógrafo⁷¹, ultraviômetro⁷², umidificador, sistema informatizado e outros.

Ações de conservação preventiva e instalação de equipamentos de controle ambiental estão previstas no edital “Modernização de Museus” e a partir da edição de 2012 do edital “Modernização de Museus - Microprojetos”, tendo em vista a importância que esse tipo de ação tem em relação às atividades desenvolvidas pelas instituições museológicas.

É importante destacar que as edições do edital “Modernização de Museus” lançadas pelo IBRAM não permitem que as reformas e aquisições de equipamentos propostos nos projetos inscritos, acarretem em uma ampliação da área construída dos museus.

2.1.4 Atividades de Exposição e Educação

As informações sobre exposições e ações educativas são tratadas no subcapítulo 6 “Atividades” da publicação “Museus em Números”.

O IBRAM segue a percepção de Marília Xavier Cury, que considera as

⁶⁸ Instrumento utilizado para medir a umidade do ar.

⁶⁹ Aparelho que mede a intensidade da luz.

⁷⁰ Aparelho utilizado para determinar a quantidade de vapor existente na atmosfera.

⁷¹ Instrumento que mede e registra tanto a temperatura quanto a umidade relativa do ar.

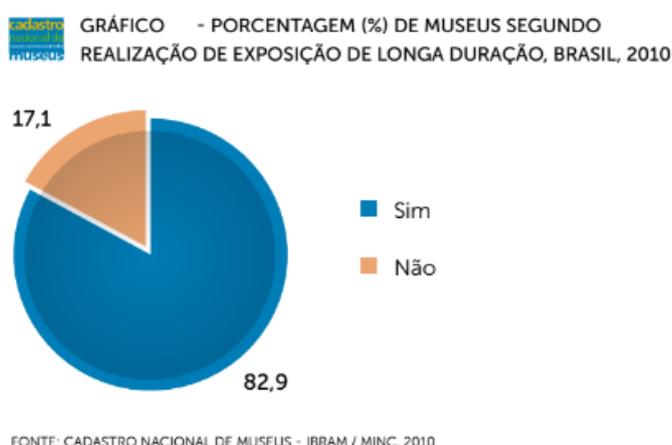
⁷² Instrumento utilizado para aferição da incidência de luz ultravioleta.

exposições como atividades de comunicação, uma vez que há a construção de uma relação profunda entre o público e o objeto dentro do espaço expositivo⁷³. Elas auxiliam na divulgação e compartilhamento dos acervos e dos conhecimentos adquiridos sobre eles através das atividades de pesquisa.

Durante o levantamento de dados, o IBRAM considerou as informações sobre exposições de longa e curta duração, além daquelas pensadas para serem itinerantes.

A maior parte dos museus brasileiros possuem exposição de longa duração, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 7 – Porcentagem de museus segundo realização de exposição de longa duração



Segundo a publicação, “... essa modalidade, também denominada exposição permanente, foi historicamente o principal meio adotado pelos museus para apresentar o patrimônio museológico e suas narrativas derivadas⁷⁴.”

Já as exposições de curta duração são oportunidades que os museus têm de dinamizar suas narrativas e mostrar ao público outros objetos, divulgando a riqueza de seu próprio acervo.

A utilização desse recurso é menor, se comparada ao uso das exposições de longa duração, mas mesmo assim, 62,5% dos museus fazem exposições de curta duração.

A realização de exposições itinerantes requer dos museus uma infraestrutura mais organizada, pois realizam deslocamento de objetos e, muitas vezes, mobiliários

⁷³ CURY, Marília Xavier. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005. p. 34.

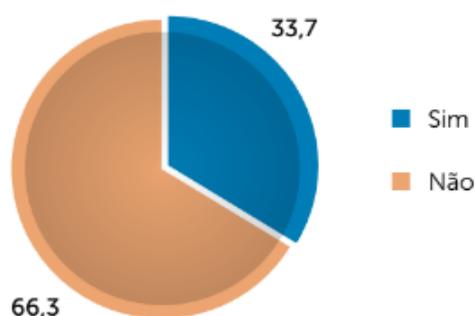
⁷⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, p. 115

de uma instituição para outra. Isso acarreta despesas com mão de obra especializada no transporte de patrimônio cultural, seguro de obras e acondicionamento apropriado.

Essa pode ser uma das razões pelas quais a porcentagem de museus que realizam exposições itinerantes é ainda menor, comparada às exposições de curta duração, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 8 – Porcentagem de museus segundo realização de exposições itinerantes

 GRÁFICO - PORCENTAGEM (%) DE MUSEUS SEGUNDO REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÕES ITINERANTES, BRASIL, 2010



FONTE: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

As mudanças que transformaram a sociedade durante o segundo pós-guerra (após 1945) também tiveram influência dentro das instituições museológicas, no sentido de provocar uma reflexão sobre o papel social das mesmas. Por essa razão, as atividades educativas ganharam espaço numa tentativa de incentivar novas discussões e levantar questões que pudessem ser pensadas a partir do patrimônio material apresentado nas exposições.

Essas novas ações começaram a levar em consideração também a bagagem de conhecimento que o usuário possuía, fazendo a união dos conhecimentos disponibilizados pelos museus e das experiências do público, incitando o diálogo e a troca entre as duas partes.

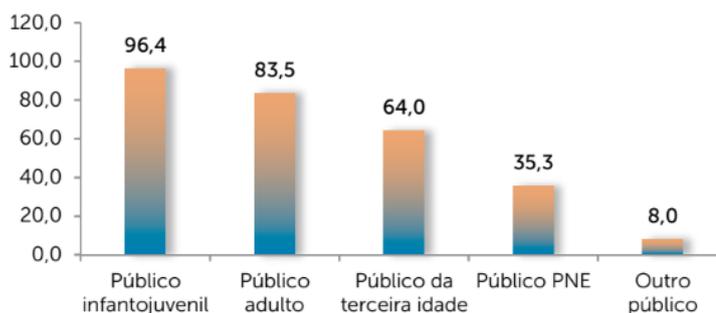
O planejamento das atividades educativas pode ser feito por um setor específico ou pelo trabalho em conjunto de diversos setores, conforme salientado também na publicação “Museus em Números”.

Os museus que possuem setor específico para a ação educativa representam um pouco menos de metade (48,1%) do total; estes realizam ações para o público infanto-juvenil, o adulto, a terceira idade, o portador de necessidades especiais e

também para outros públicos não especificados, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 9 – Porcentagem de museus segundo segmento de público atendido pelo setor educativo

GRÁFICO - PORCENTAGEM (%) DE MUSEUS SEGUNDO SEGMENTO DE PÚBLICO ATENDIDO PELO SETOR OU DIVISÃO DE AÇÃO EDUCATIVA, BRASIL, 2010



FONTE: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

A visita orientada é outro recurso utilizado pelos museus que pode ter caráter educativo, onde os monitores se portam como intérpretes dos elementos das exposições, na medida em que apresentam diálogos entre o patrimônio e o público visitante.

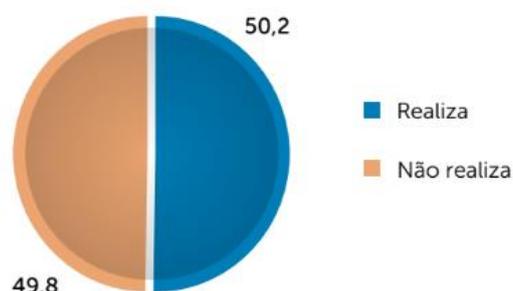
Dos museus cadastrados, 80,6% têm esse tipo de prática e seus maiores utilizadores são os museus de empresas (88,5%), os museus federais (83,7%) e os museus estaduais (82,3%).

As visitas orientadas podem ser feitas de maneira espontânea, quando as instituições disponibilizam um monitor que fica disponível dentro das salas expositivas para quem quiser se utilizar daquele serviço, ou por via de agendamento. Esse último representa um serviço disponibilizado em 76,4% dos museus.

Podem ainda ser consideradas como ações educativas, aquelas realizadas de forma sistemática com a comunidade, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 10 – Porcentagem de museus segundo realização de atividades sistemáticas com a comunidade

cadastro nacional de museus GRÁFICO - PORCENTAGEM (%) DE MUSEUS SEGUNDO REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES SISTEMÁTICAS COM A COMUNIDADE, BRASIL, 2010



FONTE: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

Também são consideradas atividades realizadas pelos museus, as publicações produzidas como material de divulgação, material didático ou boletim eletrônico.

Os editais “Modernização de Museus” e “Modernização de Museus - Microprojetos” preveem a utilização de seus recursos para o financiamento de atividades editoriais, cujas porcentagens de realização podem ser conferidas segundo o gráfico a seguir.

Gráfico 11 – Porcentagem de museus segundo publicações produzidas

cadastro nacional de museus GRÁFICO - PORCENTAGEM (%) DE MUSEUS SEGUNDO PUBLICAÇÕES PRODUZIDAS, BRASIL, 2010



FONTE: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

2.1.5 Orçamento

As informações sobre o orçamento das instituições museológicas são apresentadas no subcapítulo 8 da publicação “Museus em Números” e neste trabalho nos ajudam a entender a realidade orçamentária dos museus e os déficits que buscam ser cumpridos através dos diversos editais lançados para área museológica, tanto no contexto do IBRAM, quanto de outras instituições.

Os dados aqui apresentados, refletem os recursos que os museus brasileiros possuem para suas atividades de manutenção contínua (como pagamento de água, luz, telefone, serviços de jardinagem), para sua conservação, atividades de comunicação (como montagem e desmontagem de exposição e planejamento de ações educativas) e pesquisa.

Quanto a origem dos recursos utilizados pelos museus, as informações colhidas pelo CNM deram origem a um quadro resumo detalhando as fontes orçamentárias e sua descrição. Esse quadro é apresentado a seguir:

Quadro 3 – Composição do orçamento das unidades museológicas



QUADRO - COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO
DAS UNIDADES MUSEOLÓGICAS, BRASIL, 2010

FONTE ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO
Orçamento anual	Receita disponível para o exercício financeiro anual, repassada pela entidade mantenedora ou especificadas no orçamento anual.
Receitas próprias	Receitas diretamente geradas pelo museu, por exemplo: ingressos, locação de espaços, venda de publicações, cafeteria, lojas, etc.
Leis de incentivo	Recursos provenientes de leis de incentivo fiscal, no âmbito federal, estadual ou municipal, para realização de projetos culturais, inclusive aqueles provenientes de fundos para a cultura.
Patrocínio direto	Transferência definitiva e gratuita de recursos para a realização de projetos culturais, com a publicidade do patrocinador associada.
Doações	Transferência definitiva e gratuita de recursos em favor de projetos culturais sem publicidade associada à divulgação desse ato.
Organismos internacionais	Recursos provenientes de organismos internacionais para apoio a realização de projetos culturais.

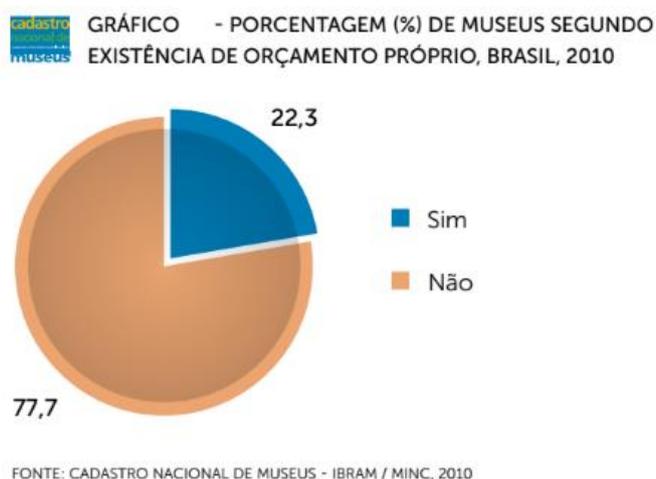
FONTE: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

A partir desses itens, Nascimento Júnior e Colnago dividem a origem dos orçamentos de museus em dois grandes grupos:

a) aquele oriundo de repasse direto pela entidade mantenedora ou disponibilizado do orçamento público (federal, estadual ou municipal) e b) aquele relacionado com a capacidade dos museus em prospectarem recursos para fora dos limites do “orçamento anual”, cooptando novos apoiadores a seus projetos com vistas a garantia a manutenção de suas atividades⁷⁵.

Através do CNM foi possível perceber a porcentagem de museus que possui orçamento próprio anual, conforme o gráfico apresentado a seguir.

Gráfico 12 – Porcentagem de museus segundo existência de orçamento próprio



Esse gráfico apresenta uma informação importante a respeito dos museus brasileiros, ou seja, a maior parte deles não possui orçamento anual próprio, comprovando assim a necessidade dos mesmos de recorrer a recursos externos para executarem suas atividades.

Foi ainda verificada a porcentagem de museus com orçamento próprio por região. A região Sudeste tem a maior concentração de museus com orçamento próprio (24,9% do total), sendo seguida pelo Sul, com 21,7%, depois o Nordeste com 20,8%, a região Norte em quarto lugar com 20% e, por último a região Centro-Oeste, com 18,7%.

Dentre os museus que possuem orçamento próprio, percebeu-se que a maior parte de seus recursos vem de suas mantenedoras, sendo os museus municipais aqueles com maior percentual de orçamento anual em quase todo país. Rio de Janeiro, Distrito Federal e Rio Grande do Norte possuem museus federais com a maior

⁷⁵ NASCIMENTO JÚNIOR, COLNAGO. Economia da Cultura. In: Nascimento Júnior, José do (Org.). **Economia de Museus**. Brasília: MinC/IBRAM, 2010. p. 221.

porcentagem de orçamento próprio⁷⁶.

Algumas são as alternativas disponíveis para a geração de receitas próprias dentro das instituições museológicas, segundo o IBRAM: a cobrança de ingressos, locação de espaços para festas ou filmagens e instalação de lojas como cafés e livrarias. Estas serviriam como recursos complementares e estariam em consonância com conceito de “experiência total”⁷⁷.

Essas são estratégias muito comuns em instituições estrangeiras que encontram nesse consumo um fator importante de manutenção de suas atividades, porém menos comuns no Brasil por fatores de ordem social, política e econômica⁷⁸.

As políticas de financiamento do setor museológico são, então, criadas com o objetivo de estimular o desenvolvimento do campo, buscando promover uma democratização do acesso aos recursos e maior qualificação dos museus tanto na melhoria de suas características físicas, quanto das atividades promovidas por eles.

Com o lançamento da Política Nacional de Museus, em 2003, houve um aumento nos investimentos feitos em museus através dos Programas “Museu, Memória e Cidadania” e “Monumenta”⁷⁹, além de uma maior utilização por essas instituições dos mecanismos do Fundo Nacional de Cultura e de Mecenas previstos pela Lei Rouanet.

Um dos motivos apontados pelo IBRAM para esse crescimento, foi a reformulação do Programa “Museu, Memória e Cidadania” de maneira a abranger o setor museológico como um todo⁸⁰, o que tornou possível a criação do edital “Modernização de Museus” com sua primeira edição em 2004.

O gráfico a seguir retirado da publicação “Museus em Números”, demonstra o total investido em museus, através da utilização desses Programas e da Lei Rouanet entre os anos de 2001 e 2009.

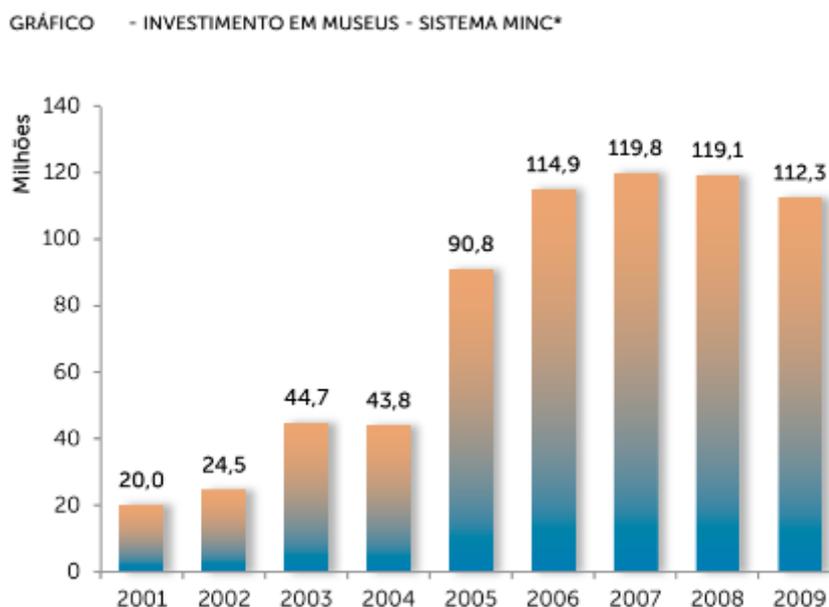
⁷⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, p. 143

⁷⁷ Conceito introduzido pelos autores Frey e Meier, em 2006, para descrever a experiência em museus que disponibilizam diversos tipos de atividade como as educativas, de entretenimento e também comerciais, aumentando o tempo de permanência do público dentro da instituição.

⁷⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, op.cit., p. 147

⁷⁹ Programa estratégico do Ministério da Cultura que procurava conjugar a recuperação do patrimônio histórico com o desenvolvimento econômico e social, atuando em cidades históricas protegidas pelo Iphan, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações.

⁸⁰ Ibidem, p. 148

Gráfico 13 – Investimento em Museus – Sistema MinC

*FONTE: JUNIOR, J.N. E COLNAGO, E. ECONOMIA DA CULTURA (2010)

2.2 Editais do IBRAM

A lista dos editais de fomento e financiamento de museus lançados pelo IBRAM é composta de chamamentos públicos e prêmios com os mais diversos objetivos. Abarca editais como o “Modernização de Museus”, que prevê recursos para que as instituições museológicas façam melhorias em suas exposições e instalações, e o “Prêmio Darcy Ribeiro”, destinado a reconhecer práticas relacionadas às ações educativas realizadas pelos museus brasileiros.

Alguns destes editais foram herdados do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN e levados adiante pela nova autarquia quando esta foi inaugurada em 2009.

Criados com a finalidade de atender o eixo 6 “Financiamento e fomento para museus” da PNM, essa diversidade de objetivos favorece o cumprimento de outras ações previstas pela mesma Política, como o “apoio à realização de obras de manutenção, adaptação, saneamento, climatização, segurança, arranjos exteriores de lazer e acessibilidade aos imóveis que abrigam acervos museológicos”⁸¹.

Também se encontram em consonância com as diretrizes propostas pelo Plano Nacional Setorial de Museus de continuidade da PNM e ampliação das políticas de

⁸¹ BRASIL, 2003, p. 11

editais da área museológica, adequando-as às diversidades regionais.

A escolha desse método para a seleção de projetos a serem financiados fez com que o acesso a tais fontes de financiamento fosse mais democrático e descentralizado, sendo possível a instituições de todo o país concorrerem aos recursos.

Para fins de estudos deste trabalho, foram escolhidos três dos editais disponibilizados: “Modernização de Museus”, “Mais Museus” e “Modernização de Museus – Microprojetos”. Essa escolha foi feita em razão dos objetivos desses editais: eles permitem que as instituições utilizem as premiações de modo a compor o orçamento do museu para realização de suas atividades fins, como revitalização e aquisição de mobiliário e dos instrumentos de conservação preventiva, sejam eles utilizados nas salas de exposição ou nas reservas técnicas. Além disso, permitem também a utilização dos recursos em atividades de comunicação, tais como publicações ou ações educativas.

Cada um dos editais aqui estudados foi tratado em tópico separado, onde foram apresentados dados sobre a origem de seus recursos financeiros, a premiação, a abrangência, as condições de participação, a formação das Comissões de Seleção e os critérios de avaliação em cada edição.

As informações apresentadas foram retiradas dos editais lançados e disponibilizados no portal do Instituto Brasileiro de Museus.

2.2.1 Modernização de Museus

Conforme dito anteriormente, o edital “Modernização de Museus” foi o primeiro a ser lançado para atender exclusivamente a área museológica, ainda em 2004, quando o campo da Museologia era gerido pelo DEMU e um ano após o lançamento da Política Nacional de Museus.

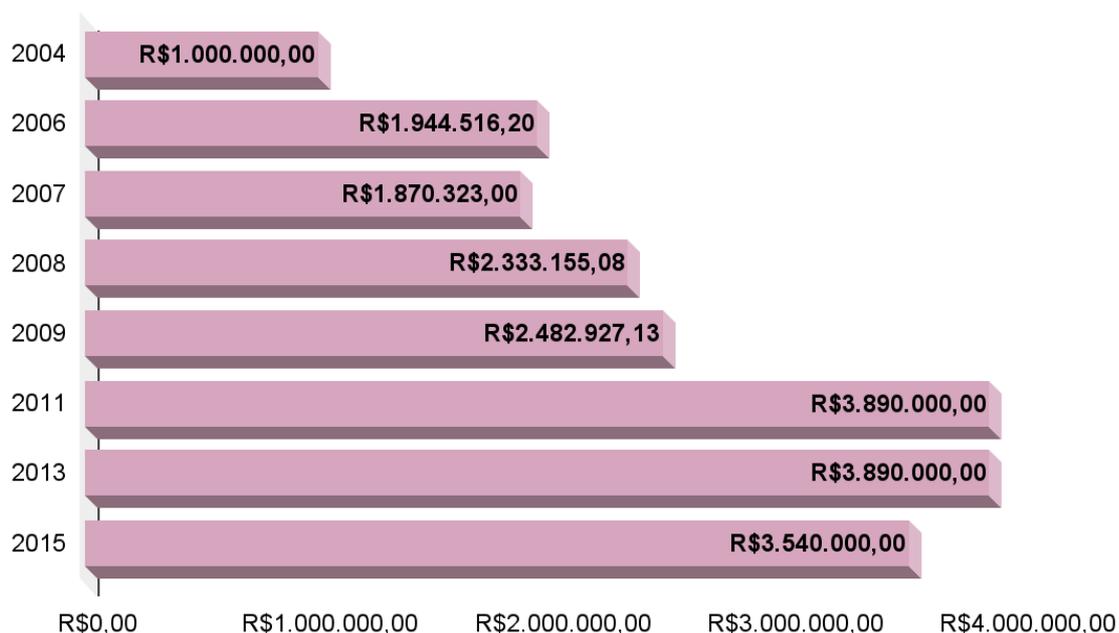
Por ter sido criado ainda dentro da estrutura do IPHAN, os editais e informações a respeito de projetos habilitados e vencedores das primeiras edições, não estão disponibilizadas no portal do IBRAM. Porém, algumas informações podem ser encontradas no relatório de gestão do órgão de 2010, com informações referentes ao período de 2003 - 2010.

Os recursos financeiros utilizados nos prêmios do edital “Modernização de Museus” tem sempre uma mesma fonte: o Fundo Nacional de Cultura. O que foi

mudando ao longo do período estudado, foi o montante destinado à realização do edital.

O gráfico abaixo resume a situação financeira dessa premiação desde sua primeira edição, até sua edição mais recente, em 2015.

Gráfico 14 – Recursos orçamentários por edição do edital Modernização de Museus



Fonte: elaborado pela autora a partir dos editais dos anos apresentados

É possível perceber que os recursos orçamentários destinados à execução da seleção foram aumentando com o passar dos anos, onde o aumento mais significativo ocorreu após 2011.

Outro ponto que também sofreu alteração foi a distribuição da premiação. Na edição de 2004, os prêmios eram divididos entre museus públicos e museus privados e possuíam uma margem de limite menor, se comparada a edição mais recente deste edital.

Quadro 4 - Premiações por edição do edital Modernização de Museus

Premiação	
2004	<u>Museus públicos:</u> 4 prêmios de até R\$ 80.000 7 prêmios de até R\$ 40.000 7 prêmios de até R\$ 20.000 <u>Museus privados:</u> 1 prêmio de até R\$ 80.000 3 prêmios de até R\$ 40.000 3 prêmios de até R\$ 20.000
2006/2007	projetos de até R\$ 100.000, excluindo contrapartida
2008	projetos entre R\$ 100.000 e R\$ 200.000, excluindo contrapartida
2009	projetos entre R\$ 100.000 e R\$ 200.000, incluindo contrapartida
2011	projetos entre R\$ 100.000 e R\$ 300.000, excluindo contrapartida
2013	projetos entre R\$ 150.000 e R\$ 300.000, excluindo contrapartida
2015	projetos entre R\$ 250.000 e R\$ 500.00, excluindo contrapartida

Fonte: elaborado pela autora a partir dos editais dos anos apresentados

Como o Fundo Nacional de Cultura é a origem pagadora dos recursos destinados à premiação do Modernização de Museus, os projetos vencedores podem ser financiados em até 80% (oitenta por cento) de seu valor total.

Os outros 20% (vinte por cento) devem ser oferecidos pelos proponentes como contrapartida, conforme consta da legislação (Lei 8313/91 – art. 6º e Decreto 5.761/06 – art. 12).

Essa contrapartida pode ser apresentada na forma de bens e serviços economicamente mensuráveis como forma de retorno pelo financiamento recebido. Nos casos dos editais lançados de 2011 em diante, para as instituições públicas, a contrapartida só pode ser oferecida através de aporte financeiro.

Os projetos propostos e inscritos no Modernização de Museus devem atender objetivos específicos previstos na abrangência da premiação. Em linhas gerais, os objetivos continuam os mesmos: modernização e melhoria da estrutura oferecida pelos museus.

Alguns itens previstos pelos editais foram retirados e outros acrescentados, conforme o quadro resumo apresentado a seguir.

Quadro 5- Abrangência por edição do edital Modernização de Museus

Abrangência	
2004	aquisição de acervos museológicos; equipamentos de informática, de segurança, de climatização, de iluminação, de comunicação; materiais e aparelhos gráficos; aparelhos elétricos; aparelhos técnicos e científicos; mobiliário de longa duração e reserva técnica, demais equipamentos e materiais permanentes.
2006/2007	itens do edital de 2004; acrescentando aquisição de equipamento para conservação e controle ambiental, e equipamentos e mobiliários destinados à promoção de projetos educativos.
2008	itens do edital de 2007; acrescentando aquisição de equipamentos e mobiliários para a área administrativa dos museus
2009	itens do edital de 2008; acrescentando adaptação de espaços físicos do imóvel; elaboração e implementação de projetos para a execução de obras e serviços; elaboração de planos museológicos ou museográficos; instalação ou montagem de exposições.
2011	ações e estudos estratégicos para modernização da instituição; manutenção das ações/programações culturais regulares; ampliação do acesso, educação e formação de público; serviços para preservação e conservação de acervos; serviços de digitalização de acervos; serviços de atividade editorial e curatorial; capacitação de funcionários; serviços para adaptação, reaparelhamento e modernização de museus; serviços para adaptação de espaços e serviços para acessibilidade; serviços para ações de difusão, divulgação e promoção institucional.
2013	itens do edital de 2011
2015	itens do edital de 2013; acrescentando a aquisição de material permanente e equipamentos para manutenção das ações/programações culturais.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos editais dos anos apresentados

Nas edições lançadas pelo DEMU a maior parte dos itens se repete, destacando a aquisição de equipamentos de informática, segurança, climatização, iluminação, comunicação e mobiliários de longa duração e reserva técnica, acrescidos posteriormente por equipamentos de conservação e controle ambiental, de promoção

de ações educativas e da área administrativa dos museus.

A abrangência de projetos com esses objetivos parte das ações da Política Nacional de Museus de modernização das infraestruturas museológicas e apoio a projetos de modernização de exposições de longa duração.

A partir da mudança para o IBRAM o alcance desse edital cresceu ainda mais, passando a cobrir outras atividades oferecidas pelas instituições museológicas como a editoração e a curadoria.

Passou a ser permitida a capacitação de funcionários, em conformidade com a diretriz 06 do eixo 2 “cultura, cidade e cidadania” do PNSM, para “políticas de qualificação para o quadro de profissionais que atuam na área museológica⁸²”.

Outras diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus também são contempladas dentro do “Modernização de Museus”, como a de garantia do acesso universal aos museus e centros culturais, através da adequação dos espaços físicos das instituições museológicas.

A abrangência do edital foi pensada a partir das necessidades mais urgentes dos museus do país e o financiamento das ações nessas frentes, busca também, melhorar a situação nacional, promovendo a valorização e preservação do patrimônio cultural musealizado brasileiro, de acordo com o objetivo previsto na Política Nacional de Museus.

Em todas as edições do edital, foi permitida a participação de instituições museológicas públicas federais, estaduais ou municipais, (desde que não vinculadas à estrutura do Ministério da Cultura) e instituições privadas sem fins lucrativos.

Os museus que são de administração direta do IBRAM, as Unidades Especiais de administração do IPHAN e a Fundação Casa de Rui Barbosa não estão contempladas no edital por pertencerem à estrutura do MinC.

Nos editais lançados pelo DEMU era exigida também a apresentação de um coordenador técnico de nível superior responsável pela execução do projeto. Isso deixou de ser uma exigência quando da mudança do Departamento de Museus e Centros Culturais para o Instituto Brasileiro de Museus.

No caso da participação de instituições privadas, foi instituído a partir de 2006 que era preciso apresentar documentos que comprovassem o funcionamento regular da instituição há pelo menos 3 anos. Cada museu pode inscrever apenas um projeto

⁸² MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010, p. 55

de cada vez no edital Modernização de Museus.

Os projetos a serem financiados foram escolhidos por uma Comissão de Seleção composta por, no mínimo, 3 profissionais de notória competência na área do edital, a partir de critérios pré-selecionados.

Os critérios utilizados para a seleção dos projetos tanto no DEMU, quanto no IBRAM foram a clareza de justificativa e coerência do projeto; a razoabilidade dos custos; o impacto sociocultural e o institucional do projeto. Acrescidos no caso das três primeiras edições a exequibilidade do cronograma, e desconcentração de recursos, levando em conta a diversidade regional do país, no caso das edições lançadas pelo IBRAM.

Nas três últimas edições estava previsto também que projetos que estivessem situados nas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ou em áreas menos desenvolvidas de outras regiões do país teriam pontuação maior, e que seria acrescido um ponto, aos museus que houvessem aderido ao Cadastro Nacional de Museus.

Esse foi o edital mais utilizado pela área museológica desde sua criação, contando com 270 projetos financiados de 2004, até a edição de 2013.

2.2.2 Mais Museus

O lançamento do edital “Mais Museus” ocorreu em 2007, ainda sob a gestão do Departamento de Museus e Centros Culturais.

O edital beneficia municípios com até 50 mil habitantes que não possuam instituições museológicas. Sua idealização tem como objetivo a democratização do acesso aos museus, levando essa ferramenta cultural às áreas mais interioranas.

A meta de criação de museus e centros culturais em municípios desprovidos desses espaços, está expressa também no Plano Nacional de Cultura como forma de preservar e dinamizar os bens patrimoniais locais⁸³.

Em suas primeiras edições incluía a aquisição de equipamentos e mobiliários, elaboração de projetos para execução de obras e serviços, instalação e montagem de exposições, restauração de imóveis, elaboração de planos museológicos ou museográficos e benfeitorias em imóveis.

⁸³ MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Cultura**: diretrizes gerais. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. p. 71

Em 2011, a abrangência do edital sofreu algumas alterações, não mais financiando a aquisição de equipamentos e mobiliários e a restauração de imóveis. Em compensação, começou a ser abrangido pelo edital serviços para a adaptação física de imóvel e de manutenção e conservação de bens imóveis.

Segundo o Relatório de Gestão 2003-2010, a primeira edição, em 2007, utilizou um montante de R\$ 1.597.955,09 (um milhão, quinhentos e noventa e sete mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e nove centavos) e selecionou 24 projetos dos 386 inscritos⁸⁴.

Em 2009, 262 projetos se inscreveram para receber parte dos R\$ 1.890.068,99 (um milhão, oitocentos e noventa mil, sessenta e oito reais e noventa e nove centavos) destinados a execução do edital, porém apenas 13 projetos foram selecionados⁸⁵.

Já em 2010, foram 219 inscritos e oito selecionados que dividiram o valor de R\$ 1.194.703,00 (um milhão, cento e noventa e quatro mil, setecentos e três reais)⁸⁶.

Das edições lançadas pelo IBRAM, cujos editais e resultados foi possível ter acesso, os recursos utilizados foram de R\$ 3.050.000 (três milhões e cinquenta mil reais) em 2011 e R\$ 2.010.000 (dois milhões e dez mil reais), em 2013.

No primeiro edital lançado pelo IBRAM, era possível que pessoas jurídicas de direito público, não vinculadas à estrutura do MinC e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, inscrevessem projetos que tivessem valor de repasse entre R\$ 100.000 e R\$ 150.000.

Em 2013, o valor dos projetos das pessoas jurídicas de direito público em âmbito municipal, estadual e federal, não vinculados ao MinC e das instituições culturais privadas sem fins lucrativos, poderia estar entre R\$ 150.000 e R\$ 300.000.

Como o edital “Modernização de Museus”, o edital “Mais Museus” tem sua origem orçamentária no Fundo Nacional de Cultura e, portanto, também prevê que haja contrapartida de 20% a ser oferecida pelo proponente.

A seleção dos projetos é feita através do mesmo sistema de avaliação do edital Modernização de Museus, onde são consideradas a clareza da justificativa, a coerência, a razoabilidade dos custos, o impacto sociocultural, a desconcentração de recursos e as ações a serem realizadas pelo projeto.

Está também previsto que será dada pontuação maior a projetos situados em

⁸⁴ MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010, p. 88

⁸⁵ Ibidem, p. 88

⁸⁶ Ibidem, p. 88

municípios das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e áreas de menor desenvolvimento de outras regiões do país.

A partir dessa pontuação, os selecionados são ordenados em uma lista conforme sua classificação e atendidos de acordo com a disponibilidade de recursos previstos.

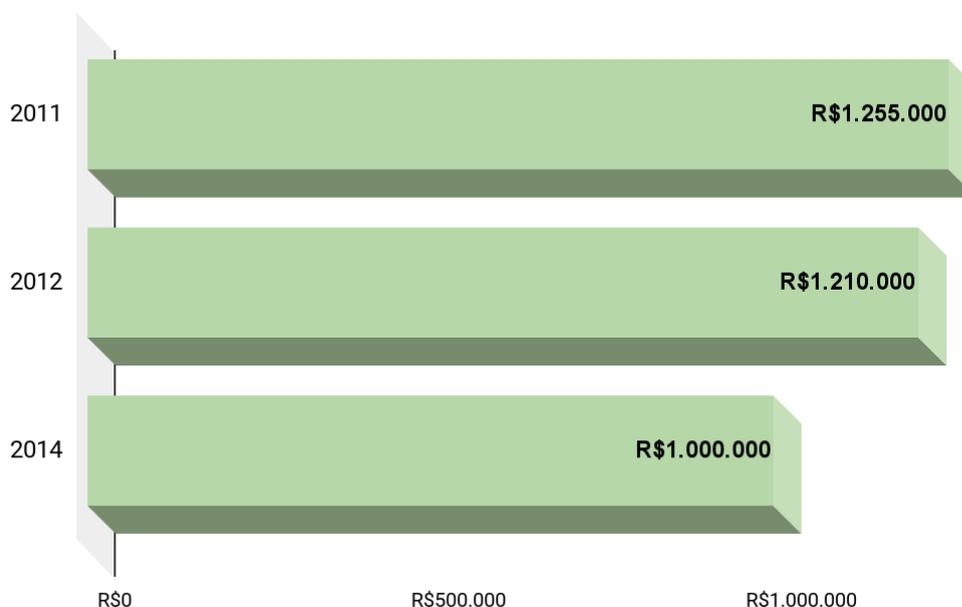
No edital de 2013, foi colocada também como responsabilidade da Comissão de Seleção dos projetos, a promoção do equilíbrio na distribuição regional dos recursos, de modo a cumprir os objetos da PNM de democratização do acesso e do PNSM de descentralização dos recursos.

Desde de o seu lançamento, o edital Mais Museus foi responsável pelo financiamento de 77 iniciativas museológicas.

2.2.3 Modernização de Museus - Microprojetos

O edital “Microprojetos” é o mais novo dentre os editais aqui apresentados. Como não há informações sobre ele no Relatório de Gestão 2003 - 2010, supõe-se que ele tenha sido criado já dentro da administração do IBRAM, com a primeira edição em 2011.

A fonte orçamentária do “Microprojetos” é a mesma que os outros dois editais lançados pelo Instituto Brasileiro de Museus: o Fundo Nacional de Cultura, sendo separada para cada edição o recurso orçamentário descrito no gráfico a seguir.

Gráfico 15 – Recursos orçamentários por edição do edital Microprojetos

Fonte: elaborado pela autora a partir dos editais dos anos apresentados

Por ser uma versão do edital Modernização de Museu, destinada a projetos de menor valor, as premiações previstas variam de R\$ 10.000 (dez mil reais) a R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), conforme o ano do edital. Os valores das premiações estão discriminados no quadro a seguir.

Quadro 6 - Premiações por edição do edital Microprojetos

	Premiações
2011	20 prêmios de R\$ 10.000; 10 prêmios de R\$ 20.000; 10 prêmios de R\$ 30.000 e 10 prêmios de R\$ 50.000.
2012	20 prêmios de R\$ 10.000; 10 prêmios de R\$ 20.000; 10 prêmios de R\$ 30.000 e 10 prêmios de R\$ 50.000.
2014	20 prêmios de R\$ 50.000.

Fonte: elaborado pela autora a partir dos editais dos anos apresentados

Sua abrangência coincide com o “Modernização de Museus”: ações e estudos estratégicos para modernização da instituição; manutenção das ações/programações

culturais regulares; ampliação do acesso, educação e formação de público; preservação e digitalização de acervos museológicos; atividade editorial e curatorial; capacitação de funcionários e gestores para atividades específicas no campo cultural; reforma, reaparelhamento e modernização de museus; adaptação de espaços para acessibilidade de idosos e pessoas com deficiência; e ações de difusão, divulgação e promoção institucional⁸⁷.

A partir do edital de 2012, foi acrescentado também ações para prevenção de riscos ao patrimônio museológico e em 2014, a adaptação de espaços para acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida.

Embora tenha a mesma fonte orçamentária que os dois outros editais já citados, o Microprojetos não prevê que o proponente apresente contrapartida de 20% do valor total do projeto.

A avaliação e seleção dos projetos também é feita por uma Comissão composta por profissionais da área cultural, porém os critérios de pontuação diferem um pouco dos outros editais existentes. Leva em conta o histórico, a significância e a diversificação da iniciativa, e também o caráter de acessibilidade e democratização do patrimônio museológico. A adesão ao CNM proporciona aos museus pontos extras a serem acrescentados na pontuação obtida com os outros dois critérios.

Em suas três edições, o edital “Microprojetos” financiou 129 projetos distintos.

Os dados sobre a utilização dos editais aqui apresentados serão introduzidos no próximo capítulo, onde analisaremos se eles estão efetivamente cumprindo os objetivos estabelecidos nas políticas do campo museológico (Política Nacional de Museus e Plano Nacional Setorial de Museus).

⁸⁷ Item 8 “Dos Prêmios”, subitem 8.2, edital “Prêmio de Modernização de Museus 2011 - Microprojetos”.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DO USO DOS EDITAIS DO IBRAM

A análise dos editais oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) apresentada neste capítulo levou em consideração o número de projetos habilitados e inscrições selecionadas para o repasse das verbas de cada uma das edições das três diferentes seleções.

O recorte temporal usado nesta pesquisa foram os anos de 2010 a 2014. Foram desconsideradas as edições lançadas antes de 2009, em razão de 2010 ser o primeiro ano após a criação do IBRAM. 2014 é a data do corte orçamentário mais drástico no orçamento da Cultura, no MinC. Também desconsideramos a edição de 2015 do edital “Modernização de Museus” por motivo da prorrogação do edital até este ano de 2017.

O estudo buscou perceber se os editais oferecidos pelo IBRAM atendem aos objetivos de democratização do acesso aos recursos para o setor museológico e de distribuição equitativa dos mesmos entre as diferentes regiões do país, conforme previsto na Política Nacional de Museus (PNM) e no Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM).

Também era de nosso interesse constatar se o IBRAM cumpre suas finalidades de promoção de políticas públicas para o desenvolvimento dos museus e seus acervos, apoiando também a criação e o fortalecimento das instituições museológicas, objetivos definidos na PNM e reafirmados na Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria essa autarquia federal.

Para o melhor entendimento das informações aqui indicadas, esclarecemos que seguimos a nomenclatura empregada pelo IBRAM, que considera como projetos habilitados, aqueles cujas candidaturas são aceitas pelo Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus (DDFEM) e projetos aprovados, aqueles cujas inscrições são escolhidas pelas Comissões de Seleção de cada edital para receber os recursos financeiros.

A organização deste capítulo segue como no capítulo anterior, onde cada edital será tratado em separado para uma melhor compreensão dos dados recolhidos.

3.1 – Edital Modernização de Museus

O primeiro edital do “Modernização de Museus” promovido pelo IBRAM, embora lançado em 2009, só foi executado no ano seguinte, motivo pelo qual os

resultados aqui apresentados datam de 2010.

Nesse ano foram, ao todo, 35 projetos habilitados descritos de acordo com a região territorial, conforme tabela apresentada abaixo.

Tabela 2 - Resultados do edital Modernização de Museus em 2010

Edital Modernização de Museus				
	Projetos Habilitados	Porcentagem de Participação	Projetos Aprovados	Porcentagem de Participação
Norte	2	5,71%	0	0,00%
Nordeste	7	20,00%	2	25,00%
Sul	10	28,57%	3	37,50%
Sudeste	14	40,00%	2	25,00%
Centro-Oeste	2	5,71%	1	12,50%
TOTAL	35	TOTAL	8	

Fonte: elaborado pela autora a partir do "Relatório de Gestão 2003 - 2010"

Com relação às habilitações das candidaturas, as regiões Sul e Sudeste são as de maior participação, somando 24 inscrições que representam 68,57% do total de projetos habilitados.

Do total de candidaturas habilitadas, menos da metade foi selecionada para o recebimento dos recursos. Ao todo foram 8 dos 35 inscritos, representando cerca de 22% dos projetos participantes. Nenhum dos projetos selecionados nesta edição estava localizado na região Norte.

Considerando os projetos aprovados, três deles estão situados em capitais, sendo elas Fortaleza (CE), Rio de Janeiro (RJ) e Porto Alegre (RS). Os demais projetos são das seguintes Unidades Federativas (UF): Ceará e Rio Grande do Sul (únicos estados com mais de duas inscrições selecionadas), Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso. Com exceção deste último, que é o estado com menor número de museus de sua região (com apenas 43 instituições), todas as outras UFs participantes possuem mais de 100 museus.

Já na edição seguinte, os resultados mostram que houve um maior alcance do edital, tanto em relação ao número de projetos habilitados, que subiu consideravelmente em comparação ao ano anterior, quanto ao número de projetos aprovados, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 3 - Resultados do edital Modernização de Museus em 2011

Edital Modernização de Museus				
	Projetos Habilitados	Porcentagem de Participação	Projetos Aprovados	Porcentagem de Participação
Norte	5	4,50%	2	4,17%
Nordeste	21	18,92%	9	18,75%
Sul	36	32,43%	16	33,33%
Sudeste	40	36,04%	18	37,50%
Centro-Oeste	9	8,11%	3	6,25%
TOTAL	111	TOTAL	48	

Fonte: elaborado pela autora a partir da retificação de resultados do edital de 2011

A quantidade de projetos habilitados foi três vezes maior que na edição anterior e todas as regiões brasileiras apresentaram um maior número de inscrições. Porém, mesmo com um aumento no número de habilitações, o Norte continua tendo a menor porcentagem de participação, que se mostra inferior que no ano anterior.

A participação das instituições do Norte, Nordeste e Centro-Oeste é mais numerosa, porém o Sul e o Sudeste ainda representam boa parte das inscrições habilitadas, somando 68,47%, porcentagem bem próxima àquela da edição de 2010.

Os estados com o maior número de habilitações foram Santa Catarina e São Paulo, com 21 e 18 inscrições respectivamente.

Essa edição foi marcada como a primeira a conceder pontuação maior aos projetos localizados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa medida, adotada um ano depois do lançamento do PNSM, visava auxiliar na distribuição mais equitativa dos recursos financeiros, ação prevista no Plano, em seu eixo “Gestão e institucionalidade da cultura”.

Mesmo com esta disposição, a participação do Sul e Sudeste continuou sendo majoritária, com 34 projetos aprovados, representando 70,83% dos selecionados. As regiões Norte e Centro-Oeste, que possuem o menor quantitativo de museus, têm juntas uma participação de 10,42% dos projetos selecionados nesta edição.

Para melhor visualizar os resultados, separamos os projetos aprovados por unidade da federação no quadro a seguir.

Quadro 7 - Número de projetos aprovados por unidade da federação em 2011

Edital Modernização de Museus	
Norte	
Pará	2
Nordeste	
Pernambuco	2
Bahia	3
Alagoas	1
Rio Grande do Norte	1
Ceará	1
Paraíba	1
Sul	
Santa Catarina	10
Rio Grande do Sul	4
Paraná	2
Sudeste	
São Paulo	11
Minas Gerais	5
Rio de Janeiro	2
Centro-Oeste	
Goiás	1
Distrito Federal	2

Fonte: elaborado pela autora a partir da retificação de resultados do edital de 2011

Embora haja maior número de aprovações nas regiões Sul e Sudeste, percebe-se que houve uma melhor distribuição dos recursos nos estados. Foi possível ainda observar que do total de 48 projetos aprovados, apenas 17 deles estão localizados em algumas das capitais estaduais, o que corresponde a 35,41% do total. A cidade de São Paulo foi a líder em aprovações com cinco projetos.

Conforme dados do próprio Portal do Instituto Brasileiro de Museus, no ano de

2012 não houve lançamento do edital “Modernização de Museus”, sendo a edição seguinte promovida em 2013. Os resultados estão expressos na tabela a seguir.

Tabela 4 - Resultados do edital Modernização de Museus em 2013

Edital Modernização de Museus				
	Projetos Habilitados	Porcentagem de Participação	Projetos Aprovados	Porcentagem de Participação
Norte	3	5,56%	2	5,56%
Nordeste	9	16,67%	6	16,67%
Sul	12	22,22%	9	25,00%
Sudeste	24	44,44%	17	47,22%
Centro-Oeste	6	11,11%	2	5,56%
TOTAL	54	TOTAL	36	

Fonte: elaborado pela autora a partir das inscrições admitidas e resultado final do edital do ano de 2013

Seguindo o padrão das duas edições anteriores, o Sudeste e o Sul continuaram sendo as duas regiões com maior participação nas habilitações, somando 66,66% dos projetos, porcentagem ligeiramente menor que as dos anos anteriores. Os dois estados com maior número de projetos habilitados estão no Sudeste, sendo Minas Gerais, com 11 e Rio de Janeiro com 7.

No ano de 2013, ao contrário das outras edições, mais da metade dos projetos habilitados foram selecionados para efetivamente receber o recurso. Compilamos os dados de aprovações por estado, conforme o quadro a seguir.

Quadro 8 - Número de projetos aprovados por unidade da federação em 2013

Edital Modernização de Museus	
Norte	
Pará	2
Nordeste	
Pernambuco	2
Ceará	2
Alagoas	1
Bahia	1
Sul	
Santa Catarina	4
Rio Grande do Sul	4
Paraná	1
Sudeste	
São Paulo	5
Minas Gerais	9
Rio de Janeiro	3
Centro-Oeste	
Goiás	1
Mato Grosso	1

Fonte: elaborado pela autora a partir do resultado final do edital do ano de 2013

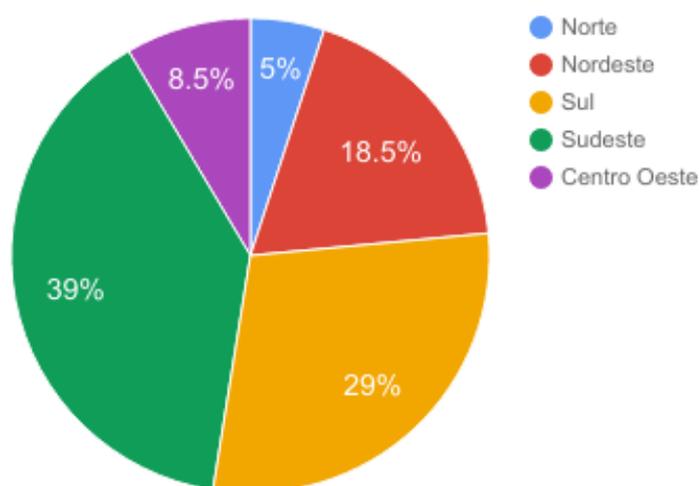
Nesta edição, Minas Gerais supera São Paulo como estado com o maior número de projetos aprovados, seguidos por Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Das localidades contempladas no edital de 2013, apenas Mato Grosso ainda não havia tido aprovações nas edições anteriores.

O número de projetos aprovados nas capitais em 2013 foi menor que em 2011, foram 12 aprovações em um universo de 36 projetos. Esse número representa aproximadamente 33% do total. A cidade do Rio de Janeiro aparece com três aprovações, se tornando a capital com o maior número de projetos recebendo

recursos do “Modernização de Museus” nesta edição. Destacamos que isso significa que todas as aprovações do estado do Rio de Janeiro foram em sua capital.

Ao todo, foram 200 projetos habilitados a concorrer em todo o país às três edições do edital promovidas pelo IBRAM. A partir desses dados, produzimos um gráfico mostrando a porcentagem de participação de cada uma das regiões no número de projetos que tiveram suas candidaturas aceitas pela autarquia.

Gráfico 16 - Projetos habilitados no edital Modernização de Museus por região do país, 2010 - 2013



Fonte: elaborado pela autora a partir das inscrições admitidas dos editais de 2010 - 2013

Em razão dos objetivos do edital, de auxiliar as instituições museológicas já estabelecidas a modernizarem suas instalações, o alto índice de inscrições das regiões que possuem grande número de museus é esperado.

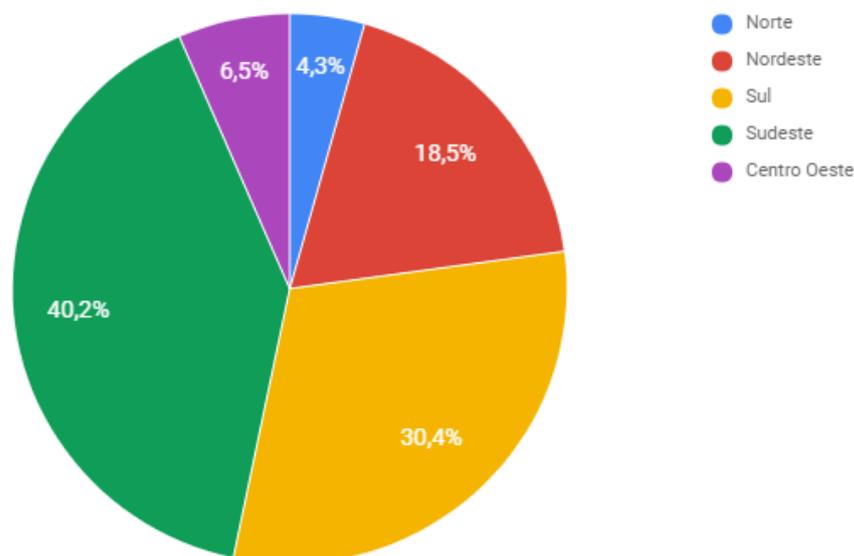
O Sul e o Sudeste, que apresentam os maiores números de instituições museológicas, são também os de maior participação no número de inscrições aceitas, enquanto o Norte e Centro-Oeste estão no outro oposto com os menores números.

Após a aceitação das candidaturas pelo DDFEM, as inscrições são encaminhadas para a Comissão de Seleção que avalia os projetos segundo os critérios apresentados no capítulo anterior.

A partir dos projetos selecionados pela Comissão, temos o número de museus aprovados para o recebimento do financiamento. Para melhor entender o funcionamento do edital “Modernização de Museus” separamos esses resultados por regiões e também por estados, de maneira a perceber se a meta de desconcentração

dos recursos está ou não sendo atendida.

Gráfico 17 - Projetos aprovados no edital Modernização de Museus por região do país, 2010 - 2013



Fonte: elaborado pela autora a partir dos resultados finais dos editais dos anos de 2010 - 2013

O Sudeste e o Sul aparecem novamente com as maiores participações ao final das três edições estudadas, seguidas do Nordeste, Centro-Oeste e por último o Norte. A visualização desses resultados nos levam a crer que a desconcentração dos recursos, principalmente do Sudeste, local com um histórico de recebimento de grandes montantes de recursos financeiros, principalmente originados do mecanismo de Incentivo Fiscal da Lei Rouanet, não ocorreu.

Para avaliar a veracidade dessa observação, decidimos entender melhor onde esses museus estão localizados, percebendo também o estado e a cidade a que pertencem.

Os estados contemplados pelo edital, o número de projetos aprovados e suas porcentagens de participação estão descritos na tabela a seguir.

Tabela 5 - Número de projetos aprovados por estado, 2010-2013

Edital Modernização de Museus		
Estado	Projetos Aprovados	Porcentagem de Participação
Pará	4	4,34%
Pernambuco	4	4,34%
Bahia	4	4,34%
Ceará	5	5,43%
Alagoas	2	2,17%
Rio Grande do Norte	1	1,08%
Paraíba	1	1,08%
Santa Catarina	14	15,21%
Rio Grande do Sul	10	10,86%
Paraná	4	4,34%
Minas Gerais	15	16,30%
Rio de Janeiro	6	6,52%
São Paulo	16	17,39%
Distrito Federal	2	2,17%
Goiás	2	2,17%
Mato Grosso	2	2,17%
TOTAL	92	100%

Fonte: elaborado pela autora a partir dos resultados finais dos editais de 2010 -2013

Percebe-se que apenas quatro estados possuem dez ou mais projetos aprovados, são eles São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Apesar disso, 16 unidades federativas obtiveram aprovações no edital, o que demonstra que a tentativa de melhor distribuição dos recursos começa a fazer efeito, abrindo a possibilidade de museus fora do eixo Rio - São Paulo receberem financiamento para suas atividades.

Também consideramos que dos 92 projetos aprovados ao longo das três edições, somente 32 deles estiveram localizados em algumas das capitais estaduais, esse número corresponde a 34,78% das aprovações. Esses projetos estão divididos em treze diferentes capitais: São Paulo (7 projetos), Rio de Janeiro (5), Florianópolis

(3), Porto Alegre (3), Curitiba (2), Goiânia (2), Brasília (2), Belo Horizonte (2), Salvador (2), Recife (1), Natal (1), Belém (1) e Fortaleza (1).

Foi possível também perceber que boa parte dos projetos aprovados (cerca de 57,60%) tinha como objetivo a reforma, revitalização ou modernização dos espaços físicos da instituição, incluindo espaços expositivos e reservas técnicas. Dessa maneira percebe-se que através de seus editais, o IBRAM tem conseguido cumprir sua meta de “envidar esforços para a estruturação de espaços museais garantindo a acessibilidade à sociedade, incluindo reformas, construções, restaurações de bens móveis e imóveis; e aquisições de equipamentos e acervos⁸⁸.”

3.2- Edital Mais Museus

O edital “Mais Museus” teve duas edições promovidas pelo IBRAM nos anos de 2011 e 2013 financiando projetos em cidades que não possuíam instituições museológicas, de maneira a estender o acesso da população brasileira a essa ferramenta cultural.

Em 2011 foram 34 projetos habilitados e 17 selecionados, separados por região conforme a tabela abaixo.

Tabela 6 - Resultados do edital Mais Museus em 2011

Edital Mais Museus				
	Projetos Habilitados	Porcentagem de Participação	Projetos Aprovados	Porcentagem de Participação
Norte	2	5,88%	0	0,00%
Nordeste	10	29,41%	6	35,29%
Sul	5	14,71%	3	17,65%
Sudeste	13	38,24%	5	29,41%
Centro-Oeste	4	11,76%	3	17,65%
TOTAL	34	TOTAL	17	

Fonte: elaborada pela autora a partir das inscrições admitidas e resultado final do edital de 2011

O Sudeste é o local com maior participação nas habilitações, embora também

⁸⁸ MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010, p. 54

tenha o maior número de instituições do país. Sendo seguido do Nordeste, que supera a participação da região Sul, diferentemente do edital “Modernização de Museus”.

Durante a avaliação realizada pela Comissão de Seleção foram aplicados critérios como o impacto sociocultural do projeto, quanto à geração de emprego e renda e a desconcentração de recursos, levando em consideração a diversidade regional do país⁸⁹. Era previsto também que municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de outras áreas menos desenvolvidas do país teriam maior pontuação atribuída.

Desta maneira, foram aprovados metade dos projetos habilitados, fazendo com que, após a aplicação dos critérios estabelecidos em edital pela Comissão de Seleção, houvesse mais aprovações no Nordeste, do que no Sudeste. Os dois projetos habilitados da região Norte não foram aprovados para o recebimento dos recursos.

Os resultados das aprovações separadas pelo estado de origem do projeto estão reunidos no quadro a seguir.

⁸⁹ Edital de concurso público nº 03, de 30 de setembro de 2011. - Fundo Nacional de Cultura: Edital Mais Museus, p. 6

Quadro 9 - Número de projetos aprovados por unidade da federação em 2011

Edital Mais Museus	
Nordeste	
Paraíba	1
Bahia	1
Ceará	3
Sergipe	1
Sul	
Santa Catarina	2
Rio Grande do Sul	1
Sudeste	
Rio de Janeiro	1
Minas Gerais	1
São Paulo	3
Centro-Oeste	
Mato Grosso do Sul	3

Fonte: elaborado pela autora a partir do resultado final do edital de 2011

Nesta edição, Ceará, São Paulo e Mato Grosso do Sul empataram como as localidades com o maior número de projetos aprovados, seguidos de Santa Catarina. As demais unidades federativas possuem uma aprovação cada.

Os recursos foram destinados a municípios como Piquet Carneiro, no Ceará, que até o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, possuía 15.467 habitantes⁹⁰ e Aparecida do Taboado, localizado no Mato Grosso do Sul, que segundo informações do mesmo censo, possuía 22.320 habitantes⁹¹.

No ano de 2012 não houve o lançamento de edições deste edital, sendo a

⁹⁰ Portal IBGE - Brasil em síntese. Piquet Carneiro - Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ce/piquet-carneiro/panorama>>. Acesso: 16. jun. 17.

⁹¹ Portal IBGE - Brasil em síntese. Aparecida do Taboado - Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ms/aparecida-do-taboado/panorama>>. Acesso em: 16. jun. 17.

seguinte realizada em 2013, com número menor de projetos habilitados pelo DDFEM. Porém, nesse ano todas as candidaturas habilitadas foram aprovadas para o recebimento dos recursos. Os resultados estão representados na tabela a seguir.

Tabela 7 - Resultados do edital Mais Museus em 2013

Edital Mais Museus				
	Projetos Habilitados	Porcentagem de Participação	Projetos Aprovados	Porcentagem de Participação
Norte	0	0,00%	0	0,00%
Nordeste	8	50,00%	8	50,00%
Sul	6	37,50%	6	37,50%
Sudeste	1	6,25%	1	6,25%
Centro-Oeste	1	6,25%	1	6,25%
TOTAL	16	TOTAL	16	

Fonte: elaborado pela autora a partir das inscrições admitidas e resultado final do edital de 2013

O Nordeste aparece outra vez como a região com maior participação, somando 50% do total de projetos participantes, seguida pelo Sul, com dois projetos a menos e do Sudeste e Centro-Oeste, com um projeto cada.

Como na edição anterior, o Norte não teve nenhum projeto aprovado, se tornando, assim, a única região a ter participação nula no edital “Mais Museus” sob a promoção do IBRAM. Importante lembrar que, além de ser a localidade com menos instituições museológicas no país, o Norte possui uma relação de 100.160 habitantes por museus, a maior do país, superando a média nacional de 60.822⁹².

Os resultados separados por estado estão reunidos no quadro a seguir.

⁹² INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, p. 53

Quadro 10 - Número de projetos aprovados por unidade da federação em 2013

Edital Mais Museus	
Nordeste	
Alagoas	1
Ceará	6
Pernambuco	1
Sul	
Santa Catarina	4
Rio Grande do Sul	1
Paraná	1
Sudeste	
Minas Gerais	1
Centro-Oeste	
Mato Grosso do Sul	1

Fonte: elaborado pela autora a partir do resultado final do edital de 2013

Nesta edição, Ceará e Santa Catarina são as únicas unidades federativas com mais de um projeto aprovado. São, ao todo, oito estados atendidos com os recursos do edital.

A meta de democratização do acesso aos museus e bens culturais já estava presente na Política Nacional de Museus lançada em 2003, onde foi colocada como uma meta prioritária, o apoio à ações que objetivassem esse maior acesso, bem como o fomento à criação de novos processos e institucionalização das memórias do país.

Esse objetivo foi, então, retomado na Política Nacional de Cultura (PNC) como uma das ações da diretriz “criação, conservação, preservação e valorização do patrimônio artístico e cultural diversificado” e, mais tarde, reforçado no PNSM.

A diretriz 03 do eixo I “produção simbólica e diversidade cultural” prevê “implementar políticas de preservação e difusão das diversas manifestações e referências culturais, promovendo o acesso à produção simbólica e à diversidade cultural dos municípios”⁹³.

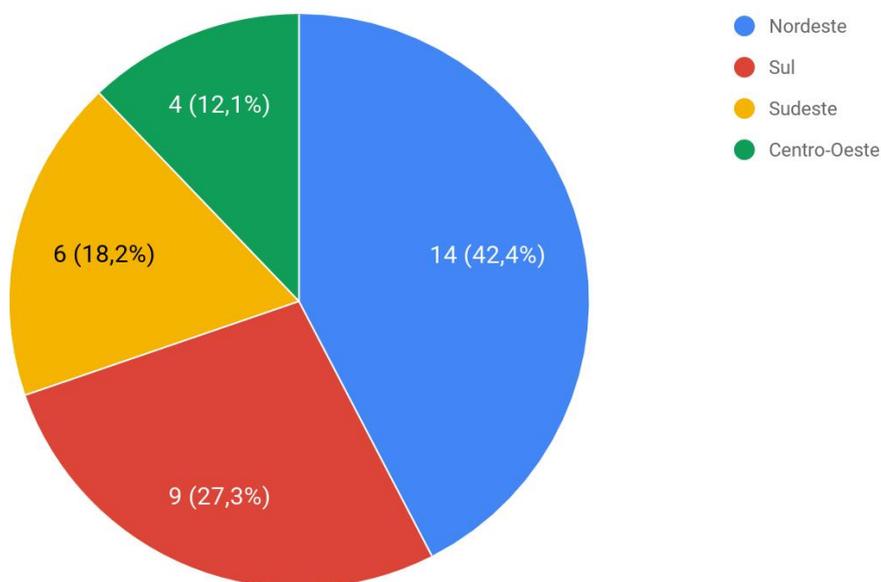
⁹³ MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010, p. 45

A valorização das memórias dos municípios surgiu também como forma de amenizar as disparidades do país, onde a população de certas regiões não têm acesso a ferramentas culturais como museus e bibliotecas. Basta lembrar que apenas 21,1% dos municípios brasileiros possui, pelo menos uma, instituição museológica.

Nesse sentido, a participação nula do Norte é um ponto que deve ser estudado e trabalhado pela equipe do IBRAM, de modo a entender os motivos pelos quais essa situação ocorreu e como revertê-la, auxiliando a transformar a realidade da região com menos museus no país.

Dentre as demais regiões, aquela com maior participação é o Nordeste, conforme dados reunidos no gráfico abaixo.

Gráfico 18 - Projetos aprovados no edital Mais Museus por região do país, 2011 - 2013



Fonte: elaborado pela autora a partir dos resultados finais dos editais de 2011 - 2013

Percebendo esses resultados quanto aos estados de origem dos projetos aprovados, compilamos os dados apresentados na tabela a seguir.

Tabela 8 - Número de projetos aprovados por estado, 2011-2013

Edital Modernização de Museus		
Estado	Projetos Aprovados	Porcentagem de Participação
Alagoas	1	3,03%
Bahia	1	3,03%
Ceará	9	27,27%
Pernambuco	1	3,03%
Sergipe	1	3,03%
Paraíba	1	3,03%
Santa Catarina	6	18,18%
Rio Grande do Sul	2	6,06%
Paraná	1	3,03%
Rio de Janeiro	1	3,03%
Minas Gerais	2	6,06%
São Paulo	3	9,09%
Mato Grosso do Sul	4	12,12%
TOTAL	33	100%

Fonte: elaborado pela autora a partir dos resultados finais dos editais de 2011 - 2013

As localidades com mais aprovações foram Ceará, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Das três, o estado sulista é com maior número de museus, são 199 ao todo, e também a com a menor relação entre habitantes pelo número de instituições museológicas, ficando atrás somente do Acre e Rio Grande do Sul, com 29.479 habitantes por museus.

O Mato Grosso do Sul, bem como Santa Catarina, também possui um número de habitantes por museu menor do que a média nacional, são 41.950, embora o estado possua apenas 54 instituições museológicas em toda sua extensão territorial.

A distribuição dos recursos nas localidades apresentadas, levando em consideração que nenhum dos municípios contemplados possuía um museu estruturado, se apresenta extremamente positiva, uma vez que a maioria dos estados brasileiros não possui instituições museais em mais do que 40% de seu território, com exceção do Rio de Janeiro, com 54,3% de seus municípios possuindo pelo menos uma dessas ferramentas culturais.

3.3 - Edital Modernização de Museus - Microprojetos

Entre os três editais estudados, o Microprojetos foi o que mais selecionou projetos para o recebimento de recursos nos últimos anos. Ao todo foram 145 habilitações nas três edições promovidas e 128 projetos aprovados.

Em comparação com a versão de grandes projetos de modernização, esse edital consegue ser mais abrangente por distribuir premiações de menor valor, dividindo melhor os recursos e conseguindo atender a um maior número de instituições museológicas.

A primeira edição lançada pelo IBRAM em 2011, teve 35 projetos de todo o país habilitados a participar da seleção e 31 deles aprovados pela Comissão de Seleção. Os resultados estão expressos na tabela abaixo.

Tabela 9 - Resultados do edital Microprojetos em 2011

Edital Microprojetos - Modernização de Museus				
	Projetos Habilitados	Porcentagem de Participação	Projetos Aprovados	Porcentagem de Participação
Norte	0	0,00%	0	0,00%
Nordeste	7	20,00%	7	22,58%
Sul	17	48,57%	16	51,61%
Sudeste	8	22,86%	6	19,35%
Centro-Oeste	3	8,57%	2	6,45%
TOTAL	35	TOTAL	31	

Fonte: elaborado pela autora a partir das inscrições admitidas e resultado final do edital de 2011

Ao contrário da versão de grandes projetos deste edital, a região Sul foi a de maior participação com relação ao número de projetos habilitados, seguida pelo

Sudeste. Juntas, essas duas regiões somaram 71,43% das habilitações, valor superior à participação percebida na edição do mesmo ano do edital “Modernização de Museus”.

O Centro-Oeste teve apenas três projetos habilitados e um deles não passou pela aprovação da Comissão de Seleção, ficando nas duas etapas com porcentagem de participação abaixo dos 10%.

O Norte teve participação nula nesta edição quanto ao número de projeto habilitados, não tendo, portanto, nenhum projeto aprovado. O Nordeste foi a única região que teve todas as suas candidaturas aprovadas para o recebimento do financiamento.

Separamos, então, os projetos aprovados por estados, resumindo-os no quadro a seguir.

Quadro 11 - Número de projetos aprovados por unidade da federação em 2011

Edital Microprojetos	
Nordeste	
Alagoas	2
Ceará	3
Paraíba	2
Sul	
Santa Catarina	8
Rio Grande do Sul	5
Paraná	3
Sudeste	
Minas Gerais	3
São Paulo	3
Centro-Oeste	
Goiás	1
Mato Grosso	1

Fonte: elaborado pela autora a partir do resultado final do edital de 2011

Percebe-se que a região Sul foi a de maior participação, pois os três estados com maiores números de projetos aprovados se encontram nessa região. Minas Gerais, São Paulo e Ceará empataram com o Paraná com três aprovações cada.

Dos 31 projetos aprovados, 11 estão em alguma das capitais estaduais, o que significa 35,48% dos recursos destinados a essas localidades. Nessa edição, Fortaleza foi a cidade com mais aprovações, contabilizando três projetos. As cidades de São Paulo (duas aprovações), Porto Alegre (1), Florianópolis (1), Curitiba (1), Maceió (1), Belo Horizonte (1) e Goiânia (1) também possuem aprovações.

Embora com a disponibilidade de um aporte financeiro menor que o da edição anterior, o edital de 2012 conseguiu atender quase o dobro de instituições atendidas pela edição do ano anterior. A participação em número absolutos de todas as regiões cresceu, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 10 - Resultados do edital Microprojetos em 2012

Edital MicroProjetos - Modernização de Museus				
	Projetos Habilitados	Porcentagem de Participação	Projetos Aprovados	Porcentagem de Participação
Norte	2	2,99%	2	3,38%
Nordeste	14	20,90%	12	20,33%
Sul	24	35,82%	22	37,28%
Sudeste	23	34,33%	19	32,20%
Centro-Oeste	4	5,97%	4	6,77%
TOTAL	67	TOTAL	59	

Fonte: elaborado pela autora a partir das inscrições admitidas e resultado final do edital de 2012

Na etapa de habilitação dos projetos, o Sul e o Sudeste tiveram resultados muito próximos, onde o primeiro apresentou apenas um projeto a mais do que o segundo. O Nordeste também apresentou um número maior de inscrições, dobrando sua participação em relação ao ano anterior.

A distribuição dos projetos aprovados na edição de 2012 foi feita de modo mais igualitário, já que neste ano não houve uma só região com metade dos recursos como aconteceu com o Sul no ano anterior.

Embora a maior parte dos projetos aprovados continue no eixo Sul-Sudeste, em 2012, a participação das regiões Centro-Oeste e Norte foi maior se comparada

com 2011. Essas foram as únicas localidades que conseguiram aprovar todos os projetos através da Comissão de Seleção.

Dividimos, então, os resultados por unidades da federação, apresentados no quadro a seguir.

Quadro 12 - Número de projetos aprovados por unidade da federação em 2012

Edital Microprojetos	
Norte	
Pará	1
Acre	1
Nordeste	
Alagoas	3
Pernambuco	2
Ceará	5
Bahia	2
Sul	
Santa Catarina	8
Rio Grande do Sul	9
Paraná	5
Sudeste	
Rio de Janeiro	5
Minas Gerais	4
São Paulo	10
Centro-Oeste	
Distrito Federal	2
Mato Grosso do Sul	1
Mato Grosso	1

Fonte: elaborado pela autora a partir do resultado final da edição de 2012

São Paulo aparece como o estado com mais projetos aprovados, seguido de Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Dos 15 estados que obtiveram aprovações,

apenas quatro só tiveram um projeto selecionado, todos nas regiões Norte ou Centro-Oeste.

Embora mais abrangente, é nessa edição também que há o maior número de aprovações em capitais, são 28 dos 59 projetos, numa taxa de 47,45% do total. No Norte e no Centro-Oeste, por exemplo, todos os projetos são de alguma das capitais. São Paulo foi cidade que apareceu no topo dessa lista com cinco aprovações.

A última edição do “Microprojetos” promovida pelo IBRAM aconteceu no ano de 2014, com os resultados expressos na tabela abaixo.

Tabela 11 - Resultados do edital Microprojetos em 2014

Edital MicroProjetos - Modernização de Museus				
	Projetos Habilitados	Porcentagem de Participação	Projetos Aprovados	Porcentagem de Participação
Norte	3	6,98%	3	7,89%
Nordeste	9	20,93%	7	18,42%
Sul	10	23,26%	8	21,05%
Sudeste	18	41,86%	17	44,74%
Centro-Oeste	3	6,98%	3	7,89%
TOTAL	43	TOTAL	38	

Fonte: elaborado pela autora a partir das inscrições admitidas e resultado final do edital de 2014

Este foi o único ano em que o Sudeste foi a região com maior participação das três edições lançadas pelo IBRAM, com 41,86% dos projetos habilitados e 44,74% dos aprovados.

Em compensação o Sul foi o segundo em participação tanto na primeira etapa, quanto na segunda, seguindo do Nordeste. A participação do Centro-Oeste e do Norte foi igual, com o maior número de aprovação de todos os anos para as duas regiões, essas são as duas localidades a terem todos os seus projetos habilitados aprovados pela Comissão de Seleção.

Os resultados segundo estado estão compilados no quadro a seguir.

Quadro 13 - Número de projetos aprovados por unidade da federação em 2014

Edital Microprojetos	
Norte	
Amazonas	1
Tocantins	2
Nordeste	
Paraíba	1
Pernambuco	1
Ceará	5
Sul	
Santa Catarina	5
Rio Grande do Sul	1
Paraná	2
Sudeste	
Rio de Janeiro	3
Minas Gerais	6
São Paulo	7
Espírito Santo	1
Centro-Oeste	
Goiás	1
Mato Grosso do Sul	1
Mato Grosso	1

Fonte: elaborado pela autora a partir do resultado final do edital de 2014

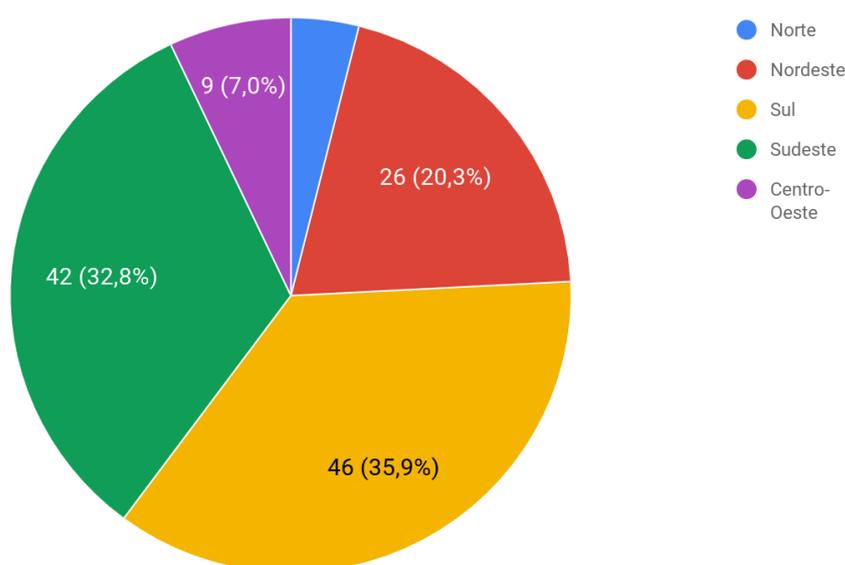
Pela segunda edição consecutiva, São Paulo apareceu com o maior índice de projetos aprovados, seguido de Minas Gerais, ambos no Sudeste, o que explica a maior participação dessa região.

Foi nesse ano que pela primeira vez os estados do Espírito Santo, Tocantins e Amazonas foram contemplados com recursos de financiamento, levando em conta não só o “Microprojetos”, com também os outros editais promovidos pelo IBRAM.

A edição de 2014 é a que possui menor aprovação de projetos em capitais, sendo apenas 10 museus, em um universo de 38 aprovados (resultando em 26,31%). São Paulo e Belo Horizonte empatam com o maior número de projetos, com três cada.

Comparando os resultados das três edições combinadas, o Sul aparece como a região com o maior número de projetos aprovados, enquanto o Norte apresenta o menor número, conforme as informações do gráfico a seguir.

Gráfico 19 - Projetos aprovados no edital Microprojetos por região do país, 2011 - 2014



Fonte: elaborado pela autora a partir dos resultados finais dos editais 2011 - 2014

Embora a porcentagem não apareça no gráfico, o Norte teve 3,9% de participação com os 5 projetos aprovados durante os três anos de realização do edital, participação inferior comparada à participação no “Modernização de Museus”. O Sudeste também apresenta porcentagem de participação menor em relação ao outro edital. Quanto às demais regiões, todas apresentam um aumento na porcentagem de projetos aprovados.

Os estados contemplados, o número de projetos aprovados e suas porcentagens de participação estão descritos na tabela a seguir.

Tabela 12 - Número de projetos aprovados por estado, 2011-2014

Edital Modernização de Museus		
Estado	Projetos Aprovados	Porcentagem de Participação
Tocantins	2	1,56%
Amazonas	1	0,78%
Pará	1	0,78%
Acre	1	0,78%
Alagoas	5	3,90%
Paraíba	3	2,34%
Pernambuco	3	2,34%
Ceará	13	10,15%
Bahia	2	1,56%
Santa Catarina	21	16,40%
Rio Grande do Sul	15	11,71%
Paraná	10	7,81%
Rio de Janeiro	8	6,25%
São Paulo	20	15,62%
Minas Gerais	13	10,15%
Espírito Santo	1	0,78%
Mato Grosso	3	2,34%
Mato Grosso do Sul	2	1,56%
Goiás	2	1,56%
Distrito Federal	2	1,56%
TOTAL	128	100%

Fonte: elaborado pela autora a partir dos resultados finais dos editais 2011 - 2014

Nenhum estado apresentou mais de 20% de participação, sendo Santa Catarina o com o maior número de aprovações, totalizando 16,40% dos projetos. Destaque também para a igual participação de Minas Gerais e Ceará, com 13 projetos.

Foram ao todo 49 projetos aprovados em alguma das capitais estaduais, incluindo também Brasília, correspondendo a 38,28% de todas as aprovações, porcentagem ligeiramente maior que a apresentada na versão de grandes projetos.

Diferentemente do “Modernização de Museus”, onde foi possível notar que boa parte dos projetos aprovados tinha como objetivo a modernização das instituições, nesse edital houve um maior equilíbrio entre a busca de apoio para melhorar a infraestrutura física, para a aplicação de projetos de preservação e conservação e para o desenvolvimento de atividades educativas.

Ao analisar a política de editais do IBRAM, percebemos que, embora o Sudeste ainda apareça como uma região com alto índice de recebimento de recursos financeiros, os editais oferecidos têm contribuído para uma melhor distribuição desses recursos no restante do país.

A adoção desse método como modo de selecionar projetos, tornou mais democrático o acesso aos recursos. Diferentemente do Incentivo Fiscal, que depende da capacidade dos produtores culturais de convencer possíveis incentivadores a associarem suas marcas ao projeto, pelo IBRAM, iniciativas de regiões distantes dos grandes centros puderam começar a ser valorizadas.

Percebemos também que houve um aumento no montante de recursos destinados ao financiamento em museus. Esse aumento pode ser percebido quando comparado o aporte financeiro destinado aos editais realizados antes da criação do IBRAM e depois dele. Além disso, foi também instituído o “Microprojetos” que, embora distribua premiações de menor valor, se mostrou de grande importância para a área museológica ao financiar o maior número de projetos dentro as seleções estudadas.

Essa ampliação dos recursos é uma das ações previstas pelo PNSM, como forma de fortalecer as ações de preservação da memória e garantir um funcionamento adequado das instituições museológicas, oferecendo condições satisfatórias para o desenvolvimento das atividades técnicas nos museus⁹⁴.

Está também previsto no eixo V “gestão e institucionalidade da cultura” em sua segunda diretriz que propõe a continuidade da Política Nacional de Museus e a

⁹⁴ MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010, p. 55

ampliação dos investimentos na área museológica, respeitando a diversidade regional⁹⁵.

Porém, mesmo com o aumento do aporte destinado a cada uma das edições realizadas, também identificamos que depois de 2014, não houve outros lançamentos de editais. Com exceção do “Modernização de Museus” que tem edição datada de 2015, mas que até o presente momento não foi executado.

Uma alternativa para o campo proposta pelo PSNM é a criação de um Fundo Setorial de Museus que funcione nos âmbitos federal, estadual e municipal como forma de garantir a sustentabilidade dos planos museológicos plurianuais⁹⁶.

Uma das estratégias estabelecidas no Plano visa “incentivar os estados e municípios a criarem alternativas de fomento e financiamento de museus, em complementaridade às linhas de financiamento da União⁹⁷”. Dessa forma, o campo dependeria menos dos editais oferecidos pelo IBRAM e do Incentivo Fiscal instituído na Lei Rouanet.

Esses editais têm se mostrado uma boa alternativa para os museus brasileiros modernizarem suas infraestruturas, realizando adequações de acessibilidade, troca do mobiliário expositivo e da reserva técnica, além de instalação de equipamentos de conservação preventiva e adequação dos projetos educativos oferecidos. Ações que a maior parte das instituições museológicas brasileiras não consegue realizar por falta de recursos próprios, conforme demonstrado com os dados do Cadastro Nacional de Museus (CNM).

Ao apoiar esse tipo de iniciativas, o IBRAM busca cumprir os eixos programáticos propostos na PNM de democratização do acesso aos bens culturais, de informatização dos museus e de modernização das infraestruturas museológicas.

A realização do edital “Mais Museus” também deve ser entendida de forma positiva, uma vez que está em concordância com ações previstas no PNSM de estímulo à criação de museus em cada município brasileiro, de forma a implementar ações de construção coletiva e do direito à memória e à cidadania⁹⁸.

Conforme apontado anteriormente, chamamos atenção para a falta de participação do Norte, que é a região com menor número de museus e maior número

⁹⁵ Ibidem, p. 77

⁹⁶ Ibidem, p. 69

⁹⁷ Ibidem, p. 69

⁹⁸ Ibidem, p. 59

de habitantes por instituição museológica do país. É preciso que a equipe do IBRAM busque estratégias para mudar essa realidade atual e consiga levar os recursos desse edital para a região que mais carece dele.

Percebemos, então, que como órgão regulador do campo e promotor das políticas públicas para a área da Museologia, o IBRAM tem se atentado para as diretrizes propostas pelo PNSM de incentivo ao desenvolvimento das instituições museológicas do país, buscando garantir o repasse mais democrático dos recursos financeiros disponibilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lançamento da Política Nacional de Museus (PNM), em 2003, foi um marco para a área museológica que, até então, não tinha uma política pública específica com diretrizes estabelecidas para orientar as ações dentro do campo.

Os eixos programáticos propostos nesse documento nortearam a ação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) e, mais tarde, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) de maneira a promover o desenvolvimento do campo da Museologia como um todo.

São frutos dessa Política, por exemplo, o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), criado como forma de integrar os museus do país e disseminar os conhecimentos sobre a prática museológica realizada em todo o território nacional, bem como o Estatuto de Museus, instituído pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que passou a regulamentar o campo, estabelecendo normas a serem cumpridas por todas as instituições do país.

Através das ações determinadas pela PNM, surgiu também o primeiro edital de financiamento voltado exclusivamente para museus, ainda em 2004. O “Modernização de Museus” tinha como objetivo principal fornecer recursos financeiros para a melhora da infraestrutura das instituições museológicas.

O mecanismo de seleção de projetos através de editais foi criado de forma a promover uma democratização do acesso aos recursos disponíveis que, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, estava concentrado nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, por serem grandes centros urbanos que chamam a atenção dos investidores ao permitir a veiculação da imagem de suas empresas, numa prática de marketing cultural.

Outros marcos importantes da área da Museologia também tiveram sua origem nos eixos da Política Nacional de Museus, como a criação através da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, do Instituto Brasileiro de Museus. O IBRAM foi criado com o objetivo de contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento do campo, além de estimular e apoiar a criação e o fortalecimento das instituições museológicas brasileiras.

Já sob a gestão do IBRAM, em decorrência do Plano Nacional de Cultura (PNC) e da II Conferência Nacional de Cultura, em 2010, foi lançado o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), entendido como outro importante momento na história

da Museologia brasileira.

Neste documento estão consolidados o planejamento e a agenda política da área, com metas a serem cumpridas num prazo de dez anos (2010 - 2020) que buscam reforçar os objetivos da PNM de desenvolvimento e fortalecimento do setor.

Todas as ações empregadas pelo Instituto devem, então, estar em consonância com as diretrizes traçadas no Plano, que estabeleceu ações em nove diferentes eixos setoriais de museus: gestão museal; preservação, aquisição e democratização de acervos; formação e capacitação; educação e ação social; modernização e segurança; economia de museus; acessibilidade e sustentabilidade ambiental; comunicação e exposição; pesquisa e inovação⁹⁹.

Em 2011, o IBRAM publicou o resultado de um estudo feito através de dados colhidos pelo Cadastro Nacional de Museus (CNM) mostrando a realidade das instituições museológicas no país. Nesta pesquisa foram levantadas as principais carências do setor, como forma de auxiliar a escolha das ações que deveriam ser priorizadas para o cumprimento do PNSM.

As informações apresentadas na publicação “Museus em Números” trouxeram às vistas a necessidade dos museus brasileiros de modernizarem suas instalações e adquirir aparelhos básicos, como os de controle ambiental e mobiliário específico para o acondicionamento de acervo. Bem como aqueles utilizados para a segurança das instituições e para a realização de práticas educativas.

Porém, também foi constatado que a maior parte dos museus brasileiros não possui orçamento próprio que lhes possibilite o cumprimento de suas atividades básicas de pesquisa, conservação e comunicação. Isso mostrou que o campo ainda depende de alternativas de financiamento externas às próprias instituições.

Desde o início de sua gestão, o IBRAM tem dado continuidade à política de financiamento de museus via editais criada ainda no DEMU. Esse, herdou do antigo Departamento, os editais “Modernização de Museus” e “Mais Museus”, aprimorando estas seleções de maneira a adequá-las, também, as novas proposições trazidas pelo PNSM.

Foi a partir desse momento que pudemos ver um aumento no montante de recursos destinados à execução desses editais, conforme apresentado no decorrer do trabalho. Essa, foi uma das ações propostas no Eixo II “Cultura, cidade e

⁹⁹ MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010, p. 21

cidadania” do Plano.

Essa ampliação dos recursos também possibilitou a criação de outro edital, o “Modernização de Museus - Microprojetos”, com premiações de menor valor para projetos com objetivos parecidos com aqueles estabelecidos na abrangência do “Modernização de Museus”.

A promoção dessas alternativas de financiamento proporcionou o cumprimento de outras ações previstas na PNM e no PNSM como a estruturação de espaços garantindo a acessibilidade à sociedade¹⁰⁰, a modernização da infraestrutura dos museus e instituições afins, de maneira que estes tenham condições adequadas para atender suas funções básicas¹⁰¹ e o estímulo à criação de museus de cidade em cada município brasileiro¹⁰², respeitando sempre a diversidade regional.

Percebemos na análise do uso desses editais que a democratização do acesso aos recursos, proposta já na Política Nacional de Museus, tem sido alcançada na medida que a aprovação dos projetos pelas Comissões de Seleção de cada edital, tem beneficiado iniciativas fora dos grandes centros.

Embora o Sudeste continue com altos índices de recebimento de financiamento, outras regiões também têm sido favorecidas com os recursos disponibilizados para a área, através do Fundo Nacional de Cultura (FNC).

Destacamos, porém, que mesmo com o aumento dos recursos destinados à área, percebemos que alguns anos não foram contemplados com o lançamento de editais, sendo a última edição que se pôde acessar os resultados, a do ano de 2014, do edital “Modernização de Museus - Microprojetos”.

Essa ampliação de recursos estabelecida no PNSM deve ser reforçada, tornando a prática de lançamento de editais mais constante dentro da realidade museológica brasileira.

O cumprimento dos objetivos propostos pela Política Nacional de Museus e pelo Plano Nacional Setorial de Museus foi aqui demonstrado através da análise da criação e do uso dos editais de financiamento oferecidos pelo IBRAM.

Podemos também destacar que são poucos os estudos nessa área de financiamento de museus. O desenvolvimento de pesquisas com esse tema pode

¹⁰⁰ Ibidem, p. 54

¹⁰¹ Ibidem, p. 78

¹⁰² Ibidem, p. 59

contribuir na proposição de novas alternativas de financiamento para as instituições museológicas, de maneira que não haja uma dependência dos museus desses editais oferecidos pelo IBRAM. Esse é um campo de vastas possibilidades de pesquisa, tendo em vista os resultados aqui obtidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina. A cultura do mecenato no Brasil: uma utopia possível? In: NASCIMENTO JÚNIOR, José do (Org.). **Economia de Museus**. Brasília: MinC/Ibram, 2010, p. 163-201.
- AMAZONAS, Archimedes Ribas. **Políticas e Formas de Financiamento para o setor museológico nacional no período (1999-2005)**. III ENECULT. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2007.
- BARBALHO, Alexandre. Por um conceito de política cultural. In: RUBIM, Linda (org). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2004. p.33-52.
- BRASIL. **Lei nº 8313**, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm>. Acesso em: 08. mar. 17.
- _____. **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 09. mar. 17.
- _____. **Decreto nº 8.214**, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - Ibram. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm>. Acesso em: 10. mar. 17.
- _____. **Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009**. Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm>. Acesso em: 15. mar. 17.
- _____. **Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultural - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm>. Acesso em: 20. mar. 17.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- _____. Ministério da Cultura. **Política Cultural no Brasil, 2002-2006**: acompanhamento e análise. Frederico A. Barbosa da Silva. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.
- _____. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.
- _____. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Brasília: MinC, 2007.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. 3ª edição. Brasília: MinC, 2013.
- CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil**: balanço e perspectivas. Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, p. 87-107, 2007.
- _____. **Política cultural no Brasil**: um histórico. Políticas culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, p. 9-21, 2005.
- CURY, Marília Xavier. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.
- GIL, Gilberto. **Uma nova política cultural para o Brasil**. Revista Rio de Janeiro, n. 15, p. 103-110,

2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus e a dimensão econômica**: da cadeia produtiva à gestão sustentável. Brasília, DF: Ibram, 2014.(Coleção Museu, Economia e Sustentabilidade)

_____. **Museus em Números**.vol. 1. Brasília, DF: Ibram, 2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto Brasileiro de Museus. **Política Nacional Setorial de Museus - 2010/2020**. Brasília, DF: MinC/Ibram. 2010.

_____. **Política Nacional de Museus - relatório de gestão 2003-2010**. Brasília, DF: MinC/IBRAM, 2010.

_____. **Política Nacional de Cultura**: diretrizes gerais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2008.

MORAES, Nilson Alves de. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. **Revista Museologia e Patrimônio**, vol. II, nº 1. 2009.

NASCIMENTO JÚNIOR; COLNAGO. Economia da Cultura. In: Nascimento Júnior, José do (Org.). **Economia de Museus**. Brasília: MinC/IBRAM, 2010, p. 203-234.

OLIVEIRA, Albino.; ARAÚJO, Silvana. **Políticas públicas de financiamento e fomento a museus**. Revista dos Mestrados Profissionais. Recife, v. 2, n. 2, p. 64-89, jul./dez.2013.

PLENS, Cristiane Zavatta. Lei Mendonça: criação e desmanche. **Biblioteca Latino-Americana de Cultura e Comunicação**, v. 1, n. 1, 2011.

ROSÁRIO, Neusa Martins do. **Desenvolvimento e políticas culturais**: dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura na organização de dados culturais locais. Rio de Janeiro: V Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus, liberalismo e indústria cultural. In: **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, vol. 47, n. 3, p. 189-198, set./dez. 2011.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Políticas públicas para museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro**. In: Revista CPC, São Paulo, nº 4, p. 72-86. 2007.